

PÁG.

- 1- [ATAS](#)
 - 1.1- [512ª Reunião Ordinária](#)
 - 1.2- 44ª Reunião Extraordinária da Mesa da Assembléia
 - 2- [MATÉRIA VOTADA](#)
 - 2.1- Plenário
 - 3- [ORDEM DO DIA](#)
 - 3.1- [Comissão](#)
 - 4- [EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO](#)
 - 4.1- [Comissões](#)
 - 5- [TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÃO](#)
 - 6- [PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES](#)
 - 7- [MATÉRIA ADMINISTRATIVA](#)
-

ATAS

**ATA DA 512ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLÉIA
LEGISLATIVA, EM 7 DE ABRIL DE 1994**

Presidência dos Deputados José Ferraz e Maria Olívia

SUMÁRIO: ABERTURA - 1ª PARTE (PEQUENO EXPEDIENTE): Ata - Correspondência: Ofícios, telegrama e cartão - **Apresentação de Proposições:** Projetos de Lei nºs 1.975 e 1.976/94 - Requerimentos nºs 5.240 a 5.246/94 - Requerimentos dos Deputados José Militão e José Renato - **Comunicações:** Comunicações dos Deputados Adelmo Carneiro Leão (2), Maria Elvira e Wanderley Ávila - **Oradores Inscritos:** Discursos dos Deputados Roberto Amaral, Wilson Pires, Antônio Fuzatto, Bonifácio Mourão, Tarcísio Henriques e

Elisa Alves - Questão de ordem - **2ª PARTE (ORDEM DO DIA): 1ª Fase:** Decisão da Presidência - Questões de ordem - Leitura de comunicações apresentadas - Requerimento do Deputado Roberto Amaral (alteração da pauta); aprovação - Requerimentos: Requerimento do Deputado José Militão; deferimento - Questões de ordem - Requerimento do Deputado José Renato; aprovação - Discussão e votação de pareceres: Parecer da Comissão de Fiscalização Financeira sobre o Ofício nº 70/93, do Tribunal de Contas; aprovação - **2ª Fase:** Discussão e votação de proposições: Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 32/94; encerramento da discussão; chamada de votação nominal; inexistência de número regimental; anulação da votação - **ENCERRAMENTO.**

ABERTURA

- Às 14h15min, comparecem os Deputados:

José Ferraz - Rêmolo Aloise - Elmo Braz - Roberto Carvalho - Adelmo Carneiro Leão - Agostinho Patrus - Aílton Vilela - Ajalmar Silva - Álvaro Antônio - Ambrósio Pinto - Anderson Adauto - Antônio Fuzatto - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Antônio Pinheiro - Baldonado Napoleão - Bernardo Rubinger - Bonifácio Mourão - Célio de Oliveira - Cássimo Freitas - Eduardo Brás - Elisa Alves - Ermano Batista - Francisco Ramalho - Geraldo da Costa Pereira - Geraldo Rezende - Geraldo Santanna - Gilmar Machado - Glycon Terra Pinto - Hely Tarquínio - Homero Duarte - Ivo José - Jaime Martins - João Batista - Jorge Eduardo - Jorge Hannas - José Bonifácio - José Braga - José Laviola - José Maria Pinto - Kemil Kumaira - Marcelo Cecé - Márcio Miranda - Marcos Helênio - Maria José Haueisen - Maria Olívia - Mauri Torres - Mauro Lobo - Paulo Pettersen - Péricles Ferreira - Roberto Amaral - Simão Pedro Toledo - Tarcísio Henriques - Wanderley Ávila - Wellington de Castro - Wilson Pires.

O Sr. Presidente (Deputada Maria Olívia) - A lista de comparecimento registra a

existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª PARTE (PEQUENO EXPEDIENTE)

Ata

- O **Deputado Gilmar Machado**, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Correspondência

- O **Deputado Roberto Amaral**, 1º-Secretário "ad hoc", lê a seguinte correspondência:

OFÍCIOS

Do Sr. Fernando Henrique Cardoso, Ministro da Fazenda, agradecendo o convite para participar da audiência pública em Paracatu e congratulando-se com a Casa por essa iniciativa.

Do Sr. Ademir Vicente da Silveira, Presidente da Câmara Municipal de Uberaba, encaminhando requerimento do Vereador Francisco Rodrigues Teixeira, mediante o qual se solicita a elaboração de projeto de lei que proíba a comercialização de bebidas alcóolicas nos estabelecimentos existentes nas margens das rodovias federais, estaduais e municipais. (- À Comissão de Defesa Social.)

Do Sr. Mário Lúcio Calçado, Comandante-Geral da PMMG, informando, em resposta ao Requerimento nº 4.801/93, do Deputado Antônio Carlos Pereira (informações sobre as providências tomadas para a apuração dos crimes de homicídio e lesões corporais cometidos contra os trabalhadores rurais Jesuíno Pereira da Silva e Alex Ribeiro Sobral e para a punição dos culpados), que as medidas cabíveis foram adotadas, tendo sido preso o autor do crime.

Do Sr. Mário Lúcio Calçado, Comandante-Geral da PMMG, informando, em resposta ao Requerimento nº 4.856/93, do Deputado Antônio Carlos Pereira (apuração do crime de homicídio contra o trabalhador rural Augusto Luiz Beltrão), que a matéria refoge à competência da PMMG.

Do Sr. Carlos Willian de Souza, Coordenador Regional da Fundação Nacional de Saúde, esclarecendo, a respeito do Ofício 135/94/SGM, que encaminha requerimento do Deputado Geraldo da Costa Pereira (projeto de ambulatório de alta resolatividade), que este tipo de ambulatório destina-se a município situado na Região Metropolitana de Belo Horizonte, com população acima de 100 mil habitantes, e que a matéria é de competência do Ministério da Saúde.

Dos Vereadores da Câmara Municipal de Padre Paraíso, enviando cópia da Moção nº 01/94, da Vereadora Joalice Figueiredo de Souza, mediante a qual se solicita aos Deputados da Casa, especialmente aos que representam os vales do Jequitinhonha e Mucuri, intercedam junto ao Governo Estadual pela estadualização da Fundação Educacional do Nordeste Mineiro - FENORD -, de Teófilo Otôni.

Do Sr. Antônio Cláudio Ferreira Lima, Assessor-Chefe da Assessoria Parlamentar da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Coordenação da Presidência da República - SEPLAN-PR -, informando, em resposta ao Ofício 182/94/SGM, que a Secretaria de Planejamento poderá fazer-se representar nas audiências públicas regionais.

TELEGRAMA

Do Sr. Fernando Henrique Cardoso, Ministro da Fazenda, acusando o recebimento de ofício que encaminha requerimento do Deputado Roberto Amaral (limitação das taxas de juros).

CARTÃO

Do Sr. Humberto Lucena, Presidente do Senado Federal, informando, com referência a requerimento do Deputado João Batista (municipalização das instituições de ensino público), que estudará o assunto.

A Sra. Presidente - A Mesa passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para o Pequeno Expediente.

Apresentação de Proposições

- Nesta oportunidade, são encaminhadas à Mesa as seguintes proposições:

PROJETO DE LEI Nº 1.975/94

Dá a denominação de Geraldo Gomes de Menezes ao trecho da Rodovia MG-341 que liga o Município de Tapira à Rodovia MG-428.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica denominado Geraldo Gomes de Menezes o trecho da Rodovia MG-341 que liga o Município de Tapira à Rodovia MG-428.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, 7 de abril de 1994.

Elisa Alves

Justificação: O Sr. Geraldo Gomes de Menezes foi o filho mais ilustre do Município de Tapira. Durante 40 anos ele foi farmacêutico, médico, psicólogo e sustentáculo de uma das comunidades mais desassistidas do interior mineiro.

Em função do idealismo e do trabalho profícuo desenvolvido nos seus 78 anos de vida,

o Sr. Geraldo conseguiu transformar a cidade de Tapira no que ela é hoje: progressista e com vocação para "ponta-de-lança" da agroindústria na região do Alto Paranaíba.

O proficiente cidadão Geraldo Gomes de Menezes, que nasceu em 13/3/16 e era casado com a Sra. Elza de Carvalho Gomes desde 1º/11/50, faleceu em 29/3/94, depois de ter sido eleito uma vez Vereador, duas vezes Vice-Prefeito e três vezes Prefeito da sua amada terra natal.

Ao denominarmos Geraldo Gomes de Menezes a Rodovia MG-341, estaremos homenageando o homem que construiu o elo de ligação do Município de Tapira com o Estado de Minas Gerais e com o progresso.

Para agilizar o processo, estamos anexando a este projeto de lei a certidão, expedida pela Secretaria de Transportes e Obras Públicas, informando que a rodovia não possui denominação própria decretada e sancionada pelo Governador do Estado.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Administração Pública, para deliberação, nos termos do art. 195, c/c o art. 104, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI N° 1.976/94

Declara de utilidade pública a Instituição de Proteção à Criança Aparecidense, com sede no Município de Conceição da Aparecida.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a entidade Instituição de Proteção à Criança Aparecidense, com sede no Município de Conceição da Aparecida.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, 7 de abril de 1994.

Célio de Oliveira

Justificação: A Instituição de Proteção à Criança Aparecidense tem como finalidade a assistência social às crianças carentes. A entidade está devidamente registrada no Cartório do Registro de Títulos e Documentos de Carmo do Rio Claro e cumpre os demais requisitos da Lei n° 5.830, de 6/12/71, que regula a matéria.

É oportuna, assim, a declaração de sua utilidade pública.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Saúde e Ação Social, para deliberação, nos termos do art. 195, c/c o art. 104, inciso I, do Regimento Interno.

REQUERIMENTOS

N° 5.240/94, da Deputada Maria Elvira, solicitando seja formulado apelo ao Secretário de Esportes com vistas à construção de uma ginásio poliesportivo no Município de Desterro de Entre-Rios.

N° 5.241/94, da Deputada Maria Elvira, solicitando seja formulado apelo ao Secretário de Esportes com vistas à construção de uma quadra de esportes no Município de São Gonçalo do Pará.

N° 5.242/94, da Deputada Maria Elvira, solicitando seja formulado apelo ao Secretário da Educação com vistas à construção de uma escola de 1º grau no Bairro JK, no Município de Pimenta.

N° 5.243/94, do Deputado Hely Tarquínio, em que pede seja formulado apelo ao Secretário da Educação com vistas à reforma do prédio da Escola Estadual Dona Guiomar de Melo, localizada no Município de Patos de Minas, e que o titular da Pasta solicite à Prefeitura desse município urgência na elaboração do Plano Municipal de Educação, com o fim de se definirem as responsabilidades do município na execução da referida obra. (- Distribuídos à Comissão de Educação.)

N° 5.244/94, do Deputado Geraldo Rezende, solicitando seja formulado apelo ao Governador do Estado com vistas a que se estabeleça isonomia salarial para os defensores públicos e os advogados que exerçam funções idênticas às dos primeiros. (- À Comissão de Administração Pública.)

N° 5.245/94, do Deputado Romeu Queiroz, solicitando seja formulado apelo ao Governador do Estado com vistas a que desenvolva ações junto à ACESITA objetivando a arrecadação, pelo Estado, de terras devolutas nos Municípios de Turmalina, Itamarandiba e Minas Novas. (- À Comissão de Agropecuária.)

N° 5.246/94, do Deputado Antônio Carlos Pereira, solicitando seja formulado apelo ao Governador do Estado e ao Diretor do Departamento Estadual de Obras Públicas de Minas Gerais - DEOP-MG, com vistas à obtenção das informações que menciona, relativamente à implantação do Veículo Leve sobre Trilhos. (- À Mesa da Assembléia.)

Do Deputado José Militão, solicitando se constitua comissão especial para estudar e elucidar o papel das comissões, especialmente o da comissão especial, em face das atribuições regimentais e legais da CPI, conforme questão de ordem por ele formulada na reunião de 30/3/94.

Do Deputado José Renato, solicitando se realize reunião conjunta das Comissões de Educação e de Administração Pública para se apreciarem os pareceres sobre as emendas apresentadas em Plenário ao Projeto de Lei n° 1.865/94, no 1º turno.

COMUNICAÇÕES

- São também encaminhadas à Mesa comunicações dos Deputados Adelmo Carneirão Leão (2), Maria Elvira e Wanderley Ávila.

Oradores Inscritos

- Os Deputados Roberto Amaral, Wilson Pires, Antônio Fuzatto, Bonifácio Mourão, Tarcísio Henriques e Elisa Alves proferem discursos, que serão publicados em outra edição.

O Sr. Presidente (Deputado José Ferraz) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Antônio Pinheiro.

Questão de Ordem

O Deputado Antônio Pinheiro - Sr. Presidente, quero congratular-me com o nobre colega, o Deputado que acaba de mostrar uma triste realidade com a qual convivemos neste País.

É verdade, segundo o discurso do não menos nobre Deputado Roberto Amaral, que Minas apresentou um índice de crescimento. Gostaria de saber: cresceu para onde, Sr. Presidente? Olhe o retrato de Minas, tão bem mostrado aqui, hoje; do nosso querido vale do Jequititinhonha, tão sofrido, onde a mortalidade infantil supera a da Somália. Crescendo para onde e para quem, se o nosso povo não tem direito a um atendimento médico-hospitalar e nem a remédios; se o nosso povo não tem onde morar nem o que plantar?

Um jornal de hoje publicou que estamos comendo feijão da China e arroz da Tailândia. Então, o que significa crescer? Acumular riquezas que estão levando o Brasil a esta violência que testemunhamos a cada instante pelas ruas, violência produzida pela miséria? O que realiza este Governo, Sr. Presidente? Sou um homem público que percorre toda a cidade de Belo Horizonte, por força do meu mandato e por força da minha consciência, e não vejo sequer uma casa popular.

Ontem, em meu gabinete, recebi pessoas que mostraram que há 5 mil famílias morando debaixo de viadutos, em Belo Horizonte. Então, volto a questionar: crescer como, para onde e para quem?

Setenta por cento dos nossos alunos do curso primário repetem o ano ou deixam a escola, por falta de condições, às vezes até por falta de saúde. Hoje, nós cruzamos com carros da Coréia, da pobre Coréia do Sul, pelas ruas de Belo Horizonte, porque a Coréia do Sul cuidou do homem, da educação, e é atualmente um dos países que mais crescem no mundo.

E como dói a gente ver os hospitais abarrotados, os médicos sem salário, o povo sem remédio. E constato, com grande tristeza, que a maior obra que se realiza, hoje, em Belo Horizonte, é a construção da Praça da Assembléia.

Isso tudo é um descaso pelo homem, tão bem mostrado pelo caro colega. O povo já não acredita nos políticos, está perdendo a esperança no homem. A impunidade é um incentivo para que a corrupção avance, cada vez mais, em detrimento de muitos.

E, assim, deixo registrada aqui a minha indignação diante da administração dessa Minas Gerais, tão querida por todos nós e tão maltratada. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Registrem-se as palavras do Deputado Antônio Pinheiro.

2ª PARTE (ORDEM DO DIA)

1ª Fase

O Sr. Presidente - Não havendo outros oradores inscritos, a Presidência passa à 2ª parte da reunião, com a 1ª fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de pareceres e a votação de requerimentos. Estão abertas as inscrições para o expediente da próxima reunião ordinária.

Decisão da Presidência

Na reunião ordinária do último dia 30, o nobre Deputado José Militão formulou questão de ordem relacionada com o papel regimental das comissões especiais. Tendo em vista o caso concreto da Comissão Especial constituída nesta Casa para verificar a situação de conjuntos habitacionais construídos por programas financiados pela Caixa Econômica Federal, pondera o mencionado parlamentar que se estaria incorrendo em um certo equívoco na definição dos papéis e na atuação das comissões especiais e das CPIs. Para elucidação da questão, sugere o autor da questão de ordem que esta Presidência designe uma comissão de Deputados para estudar as atribuições das comissões, em particular as das comissões especiais. Requer, ainda, relativamente à situação concreta mencionada, que seja suspensa a publicação do relatório da referida Comissão Especial, até a manifestação da comissão cuja constituição solicita.

Finalmente, indaga o Deputado José Militão sobre a possibilidade jurídica de que se instale na Casa uma CPI para investigar a atuação de órgão federal, no caso, a Caixa Econômica Federal.

Quanto à primeira parte da questão de ordem, envolvendo a constituição de comissão especial, compete a esta Presidência dizer que se trata da adoção de providência concreta que, regimentalmente, deve ser solicitada por meio de requerimento.

Até que se formalize o requerimento e que a questão seja solucionada, decide esta Presidência, por cautela, suspender a publicação do relatório da mencionada Comissão

Especial, informando, finalmente, que, para o deslinde da indagação jurídica referente ao objeto da CPI, esta Presidência formulará consulta à Procuradoria-Geral da Casa.

Sala das Reuniões, 7 de abril de 1994.

José Ferraz, Presidente.

Questões de Ordem

O Deputado Gilmar Machado - Sr. Presidente, gostaríamos de indagar desta Presidência a respeito da primeira parte da questão de ordem formulada pelo Deputado José Militão. As comissões especiais desta Casa são regidas pelo Regimento Interno. Gostaria de saber se houve alguma alteração no entendimento do funcionamento das comissões especiais, porque, pelo que sabemos, essas comissões têm um tratamento idêntico ao das comissões permanentes da Casa, visto que foi uma deliberação da Mesa que determinou que só se instalariam CPIs a partir da conclusão dos trabalhos das comissões especiais. O requerimento da Comissão Especial que foi apresentado pelo Deputado Márcio Miranda foi aprovado. Essa Comissão desenvolveu o seu trabalho por um longo período. Este trabalho foi concluído, o relatório foi aprovado na Comissão e encaminhado, posteriormente, ao Presidente. Então, estranhamos e queremos saber se o tratamento dado a essa Comissão Especial será o mesmo dado às outras Comissões Especiais em andamento, como também as que forem instaladas daqui pra frente.

Gostaríamos de saber também se é possível a instalação imediata de CPI, sem a prévia constituição de uma comissão especial. São essas as questões que consideramos importantes.

Gostaríamos de saber, também, como será a composição dessa Comissão para podermos discutir a respeito. Não conheço no Regimento Interno dispositivo que justifique essa fundamentação. Queremos saber como será moldada essa Comissão, qual será a proporção e quem vai nomear seus membros.

Essa é a questão de ordem que gostaríamos de formular à Mesa, porque, caso contrário, fica difícil de se desenvolver qualquer tipo de trabalho.

Nós, que participamos dessa Comissão Especial, sentimo-nos inseguros para desenvolver qualquer trabalho, na medida em que todos os trabalhos desenvolvidos por comissões especiais não terão o menor valor.

Essa é a indagação que gostaríamos de fazer.

O Sr. Presidente - Registrem-se as palavras do ilustre Deputado Gilmar Machado. A questão de ordem será respondida oportunamente.

O Deputado Gilmar Machado - Sr. Presidente, nós nos sentimos prejudicados pela forma como V. Exa. acata essa questão de ordem, na medida em que inviabiliza uma publicação e um parecer, diz que vai compor uma comissão e não responde qual o embasamento regimental para a definição e composição dessa comissão. Quero, mais uma vez, lamentar esse episódio.

Vou levar alguns dados para uma comissão especial que já nem sei se tem valor ou não. Levarei também essa dúvida acerca das exigências desta Casa para montar essa comissão e lá ficarei para inspecionar. Se não temos nosso Regimento cumprido, para que vamos ter um código que vai ser igual ao nosso Regimento? "Mande-se publicar". "Registrem-se as palavras". Por isso é que estamos com dificuldade, e o parlamento está cada vez mais desgastado. Têm sido, sistematicamente, descumpridas as normas que nos regem e manda-se, apenas, que se registrem as palavras. Esse procedimento deixa-me confuso. Irei à Comissão de Ética dentro de instantes e lá perguntarei se faz sentido participar de uma comissão como essa.

O Sr. Presidente - Esta Presidência quer informar ao ilustre Deputado Gilmar Machado que está solicitando as notas taquigráficas para que a questão de ordem possa ser respondida oportunamente, tendo em vista que a matéria é de alta relevância e, naturalmente, requer um estudo mais detalhado.

O Deputado Marcos Helênio - Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós acompanhamos esse processo desde o início. Sabíamos, de antemão, que tudo isso iria desembocar numa comissão parlamentar de inquérito.

Na verdade, esses fatos não aconteceram de uma vez. A denúncia não foi uma só, e tudo teve início na Comissão de Defesa do Consumidor. A denúncia inicial foi a respeito de superfaturamento em um conjunto habitacional. Depois começaram os desdobramentos, com uma série de conjuntos passando a dar informações do mesmo teor. Eram materiais de má qualidade, e também havia a interferência do Instituto de Cooperativas, do INOCOOP. Houve, nesta Casa, o depoimento de um ex-Tesoureiro do INOCOOP, acusando de forma veemente esse Instituto. Ele falou para a imprensa, registrou e gravou o envolvimento do ex-Presidente da Caixa, Sr. Danilo de Castro, na época, Superintendente Regional de Belo Horizonte. Falou também da triangulação entre o INOCOOP, a Caixa Econômica Federal e as empreiteiras. Esses são dados extremamente graves, que nós entendíamos e entendemos que devem ser respondidos.

Formou-se uma comissão especial para examinar a matéria, e comprovou-se o superfaturamento: obras de infra-estrutura que não foram feitas, áreas que foram doadas pela Prefeitura e depois incorporadas ao preço do conjunto, benfeitorias que

deveriam pertencer também ao conjunto e não foram feitas e outras acusações gravíssimas.

Diante disso, gostaríamos de saber o que vai acontecer com todo esse material: se será arquivado o relatório da Comissão Especial e se a coleta de assinaturas que fizemos para a instauração da CPI vai dar resultado. Não ficou bem claro para mim.

O Sr. Presidente - Registrem-se as palavras do ilustre Deputado Marcos Helênio. A questão será respondida oportunamente.

Leitura de Comunicações Apresentadas

- A seguir, o Sr. Presidente dá ciência ao Plenário das comunicações apresentadas nesta reunião pelo Deputado Adelmo Carneiro Leão (2) - indicação dos nomes dos Deputados Gilmar Machado e Marcos Helênio, em substituição, respectivamente, aos Deputados Roberto Carvalho e Gilmar Machado, como membros efetivo e suplente da Comissão Especial para Acompanhar as Negociações entre o Governo do Estado e as Lideranças do Funcionalismo; e indicação dos Deputados Ivo José e Adelmo Carneiro Leão, em substituição, respectivamente, aos Deputados Roberto Carvalho e Ivo José, como membros efetivo e suplente da Comissão Especial para Visitar o Grande Hotel de Araxá (Ciente. Cópia às Lideranças. Designo. À Gerência-Geral de Apoio às Comissões); pela Deputada Maria Elvira - falecimento da Sra. Marta Maria Maia Passos, em Jaboticatubas; pelo Deputado Wanderley Ávila - falecimento da Sra. Maria Ribeiro de Souza, em Pirapora (Ciente. Oficie-se.).

O Sr. Presidente - Vem à Mesa requerimento do Deputado Roberto Amaral que, na forma regimental, solicita alteração da 1ª fase da Ordem do Dia, de modo que os requerimentos sejam apreciados antes dos pareceres. Em votação, o requerimento. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

Requerimentos

O Sr. Presidente - Requerimento do Deputado José Militão que, na forma regimental, solicita a constituição de comissão especial para estudar e elucidar o papel das comissões, especialmente o da comissão especial, em face das atribuições regimentais e legais da CPI, conforme questão de ordem por ele formulada na reunião do dia 30/3/94.

A Presidência defere o requerimento de conformidade com o inciso XXVI do art. 244 do Regimento Interno e solicita às Lideranças as indicações na forma regimental.

Questões de Ordem

O Deputado Gilmar Machado - A minha questão de ordem é a seguinte: o Deputado José Militão questiona o funcionamento das comissões especiais, e eu pedi, ao mesmo tempo, a instalação de uma comissão. Como ficará o poder dessa comissão? E como vamos discutir o poder dessa comissão em relação às demais comissões? Particularmente, não consigo entender como podemos votar isso nem como a Presidência vai deliberar, com embasamento regimental, sobre o funcionamento dessa comissão.

O Sr. Presidente - Respondendo à questão de ordem levantada pelo Deputado Gilmar Machado, informo que se trata de uma comissão de parlamentares para estudar as atribuições das comissões especiais. O art. 112, inciso III, cria comissão especial para desincumbir-se de missão atribuída pelo Plenário, mas não especifica sua competência. O que o Deputado José Militão está pedindo é a constituição de uma comissão especial para estudar as atribuições das comissões especiais. A Presidência já deferiu o requerimento e solicita aos ilustres Deputados que indiquem membros de seus partidos para participarem dessa comissão.

O Deputado Gilmar Machado - Quero deixar registrada a seguinte questão: qual seria o teor do trabalho dessa comissão? Se não sabemos qual será o seu trabalho, como vamos indicar Deputados para a sua composição? Precisamos saber quais são as funções dessa Comissão. Lamento a forma como estamos desenvolvendo o nosso trabalho. Particularmente, não sei mais se vale a pena ficar participando de comissões. Lamento a forma como a Mesa vem conduzindo e orientando esse trabalho, respondendo a uma questão de ordem antes de outras que até hoje não foram respondidas. Espero que o Deputado Tarcísio Henriques, que é o nosso relator, possa perceber a forma como estão sendo conduzidas as questões de ordem anteriormente levantadas. Elas não estão sendo respondidas na hora oportuna. Algumas delas estão até sendo respondidas antes de outras. Elas precisam ser respondidas na hora certa, para que os nossos trabalhos não fiquem difíceis.

O Sr. Presidente - Registrem-se as palavras do ilustre Deputado Gilmar Machado. A Presidência esclarece ainda ao ilustre Deputado que outras questões de ordem não foram respondidas devido à ausência dos Deputados que as suscitaram nas reuniões. Seria importante a presença desses Deputados para que tomassem conhecimento das respostas.

O Deputado Gilmar Machado - Solicitaria ao Sr. Presidente que verificasse a lista de presença, pois tenho comparecido a todas as reuniões.

O Sr. Presidente - São outros os Deputados que não têm comparecido às reuniões. Ainda respondendo à questão de ordem do ilustre Deputado, quero dizer que V. Exa. não entendeu bem o que eu disse. A Presidência disse que outras questões de ordem não

foram respondidas em virtude de os Deputados interessados se encontrarem ausentes do Plenário.

Requerimento do Deputado José Renato, em que solicita seja realizada reunião conjunta das Comissões de Educação e de Administração Pública para se apreciarem os pareceres sobre as emendas apresentadas, no 1º turno, ao Projeto de Lei nº 1.865/92. Em votação, o requerimento. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

Discussão e Votação de Pareceres

O Sr. Presidente - Parecer da Comissão de Fiscalização Financeira sobre o Ofício nº 70/93, do Tribunal de Contas, solicitando a sustação dos efeitos do 6º, 7º, 8º, 9º e 10º Termos Aditivos ao contrato celebrado entre a Secretaria de Governo e Coordenação Política e a SERVIBRÁS - Administração e Locação de Serviços Ltda. O parecer conclui pela devolução do processo ao Tribunal de Contas. Em discussão. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação. Os Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

2ª Fase

O Sr. Presidente - Esgotada a matéria destinada a esta fase, a Presidência passa à 2ª fase da Ordem do Dia, com a discussão e votação da matéria constante na pauta.

Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 32/94, do Tribunal de Justiça, que altera a composição numérica do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais e dá outras providências. A Comissão de Justiça opina pela constitucionalidade do projeto. As Comissões de Administração Pública e de Fiscalização Financeira opinam pela sua aprovação.

Em discussão o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão.

Em votação o projeto. A matéria será votada pelo processo nominal. Solicito ao Sr. Secretário Roberto Carvalho que proceda à chamada dos Deputados para votação nominal, conforme o art. 263, inciso I, do Regimento Interno. Os Deputados que desejarem aprovar o projeto deverão responder "sim"; os que desejarem rejeitá-lo deverão responder "não".

O Sr. Secretário - (- Proceda à chamada de votação nominal.)

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 17 Deputados. Portanto, não há "quorum" para aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 32/94. Esta Presidência torna sem efeito a votação.

ENCERRAMENTO

O Sr. Presidente - Verificando, de plano, a inexistência de "quorum" para a continuação dos nossos trabalhos, a Presidência encerra a reunião e convoca os Deputados para a ordinária de debates de amanhã, dia 8, às 9 horas. Levanta-se a reunião.

ATA DA 44ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Às dezessete horas do dia dezessete de março de mil novecentos e noventa e quatro, comparecem na Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia os Deputados José Ferraz, Presidente; Elmiro Nascimento, 1º-Vice-Presidente; José Militão, 2º-Vice-Presidente; Rêmolo Aloise, 3º-Vice-Presidente; Elmo Braz, 1º-Secretário, e Bené Guedes, 3º-Secretário. Havendo número regimental, o Presidente declara abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Isso posto, a Mesa decide determinar à Diretoria-Geral a adoção de todas as providências necessárias ao suporte técnico-operacional para a perfeita realização das audiências públicas regionais, estabelecendo novos critérios para a fixação das diárias de viagem dos servidores que integram a equipe. Em seguida, a Mesa toma as Deliberações da Mesa nºs 1.034, de 1994, que dispõe sobre a realização de despesa da Assembléia Legislativa, classificada no orçamento sob o elemento 3.2.3.1, mediante convênio, observadas as disposições da Lei de Diretrizes Orçamentárias; 1.035, de 1994, que fixa o índice de antecipação bimestral que corrige os vencimentos e os proventos dos servidores da Secretaria da Assembléia Legislativa em 55%, nos termos do art. 5º, inciso I, da Resolução nº 5.133, de 6/7/93; 1.036, de 1994, que aprova a nova estrutura do gabinete do Deputado Amílcar Padovani, a vigorar a partir de 17/3/94; 1.038, de 1994, que aprova a nova estrutura do gabinete do Deputado Homero Duarte, a vigorar a partir de 1º/4/94; 1.039, de 1994, que aprova a nova estrutura do gabinete do Deputado Baldonado Napoleão, a vigorar a partir de 1º/4/94; 1.040, de 1994, que aprova a nova estrutura do gabinete do Deputado Arnaldo Canarinho, a vigorar a partir de 1º/4/94; 1.041, de 1994, que aprova a nova estrutura do gabinete do Deputado Bonifácio Mourão, a vigorar a partir de 1º/4/94; 1.042, de 1994, que aprova a nova estrutura do gabinete do Deputado Adelmo Carneiro Leão, a vigorar a partir de 1º/4/94; 1.043, de 1994, que aprova a nova estrutura do gabinete do Deputado Mauri Torres, a vigorar a partir de 1º/4/94; 1.044, de 1994, que aprova a nova estrutura do gabinete do Deputado Anderson Aduato, a vigorar a partir de 1º/4/94, e 1.045, de 1994, que aprova a nova estrutura do gabinete do Deputado José Leandro, a vigorar a partir de 1º/4/94. A Mesa delibera também: "Deliberação da Mesa nº 1.037 - Altera disposições

da Deliberação da Mesa nº 591, de 10 de abril de 1991. A Mesa da Assembléia, no uso de suas atribuições, delibera: Art. 1º - O Anexo Único da Deliberação da Mesa nº 591, de 10 de abril de 1991, passa a ser o constante nesta deliberação. Art. 2º - A soma do valor do vencimento do servidor com o do percebido pelo exercício da Gratificação por Tarefa Especial não poderá ultrapassar o valor dos padrões: I - AL-18, no caso do GTE-1; II - AL-35, no caso do GTE-2. Parágrafo único - Os limites previstos neste artigo não se aplicam às situações remuneratórias anteriores a esta deliberação que neles não estejam compreendidas. Art. 3º - Esta deliberação entra em vigor na data de sua publicação. Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário, especialmente a Deliberação da Mesa nº 743, de 24 de março de 1992. Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 17 de março de 1994. Anexo Único (Deliberação da Mesa nº 1.037, de 1994 - Categoria do servidor: FP-1, FP-1 Especial, FP-2, FP-2 Especial, Agente Parlamentar(QS) - Tipo: GTE-1 - Valor da gratificação: 12% do SO2; Categoria do servidor: FP-3, Escrevente Parlamentar(QS) - Tipo: GTE-2 - Valor da gratificação: 18% do SO2". Dando prosseguimento aos trabalhos, o Presidente procede à distribuição dos processos constantes na pauta aos relatores, cabendo ao 3º-Secretário, Deputado Bené Guedes, o processo contendo a minuta do termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembléia Legislativa e a ASLEMG, que tem como objeto a concessão de uso do restaurante da Casa e da cantina dos funcionários, bem como a prestação de serviços de administração; ao 2º-Vice-Presidente, Deputado José Militão, o processo contendo solicitação de ampliação do contrato celebrado com a Cetest Minas Engenharia e Serviços Ltda., cujo objeto é a reforma do sistema de ar-condicionado do Plenário do Palácio da Inconfidência, objetivando promover a adequação do sistema de ar-condicionado do gabinete do Deputado José Laviola e do Salão Amarelo, bem como do sistema de ventilação mecânica do 2º subsolo; o balancete e os demonstrativos financeiros e contábeis referentes ao mês de fevereiro de 1994; o processo contendo os cálculos da remuneração dos Deputados a partir do mês de fevereiro de 1994, e o processo contendo proposta de acordo para pagamento de parcelas salariais determinada por decisão judicial a favor de Rosângela Santos Souza (Processo nº 1.205/89 - 2ª J CJ); ao 3º-Vice-Presidente, Deputado Rêmolo Aloise, o processo contendo a minuta do termo de distrato para a rescisão do contrato celebrado entre esta Assembléia Legislativa e a Lavanderia Lav Sec Rápido Ltda., tendo como objeto a lavagem, a passagem e a esterilização de roupas da Gerência-Geral de Saúde e Assistência, e o processo contendo fatura do Hospital Mater Dei referente a atendimento prestado à mãe da servidora Maria Therezinha Leão Torres, no mês de fevereiro do corrente ano; ao 1º-Vice-Presidente, Deputado Elmiro Nascimento, o processo licitatório referente à Concorrência nº 1/93, destinada à contratação de empresa integradora para execução de projeto de rede local de computadores com fornecimento de equipamentos e serviços, solicitada pela Gerência-Geral de Sistemas e Informática; ao 1º-Secretário, Deputado Elmo Braz, o processo licitatório referente ao Convite nº 57/94, destinado à contratação de empresa para execução de serviços de interligação tubular, via aérea predial interna, com fornecimento de material, entre o Edifício Tiradentes e o Edifício Forluz (Torre A). Não havendo outras matérias a serem distribuídas, o Presidente inicia a parte da reunião referente à apresentação, à discussão e à votação de pareceres. Com a palavra, o 2º-Vice-Presidente, Deputado José Militão, procede à leitura dos pareceres que emitiu sobre os seguintes processos: o balancete e os demonstrativos financeiros e contábeis referentes ao mês de fevereiro de 1994 - parecer favorável, nos termos da Resolução nº 5.119, de 13/7/92, uma vez que as apropriações contábeis apresentadas refletem as determinações da Mesa, em consonância com as diretrizes estabelecidas - aprovado; processo contendo solicitação de ampliação do contrato celebrado com a Cetest Minas Engenharia e Serviços Ltda., cujo objeto é a reforma do sistema de ar-condicionado do Plenário do Palácio da Inconfidência, objetivando promover a adequação do sistema de ar-condicionado do gabinete do Deputado José Laviola e do Salão Amarelo, bem como do sistema de ventilação mecânica do 2º subsolo - parecer favorável, com base nas informações de órgãos técnicos da Casa - aprovado; processo contendo os cálculos da remuneração dos Deputados a partir do mês de fevereiro de 1994 - parecer favorável - aprovado; processo contendo proposta de acordo para pagamento de parcelas salariais determinada por decisão judicial a favor de Rosângela Santos Souza (Processo nº 1.205/89- 2ª J CJ) - parecer favorável - aprovado. A seguir, é concedida a palavra ao 3º-Vice-Presidente, Deputado Rêmolo Aloise, que apresenta os pareceres de sua autoria relativos aos seguintes processos: processo contendo fatura do Hospital Mater Dei referente a atendimento prestado à mãe da servidora Maria Therezinha Leão Torres, no mês de fevereiro do corrente ano - parecer favorável - aprovado; processo contendo a minuta do termo de distrato para rescisão do contrato celebrado entre esta Assembléia Legislativa e a Lavanderia Lav Sec Rápido Ltda., tendo como objeto a lavagem, passagem e esterilização de roupas da Gerência-Geral de Saúde e Assistência - parecer favorável, conforme manifestação da Procuradoria-Geral da Casa, contida no Parecer nº 3.032/94 - aprovado. Em prosseguimento a esta parte da reunião, o 1º-Vice-

Presidente, Deputado Elmiro Nascimento, lê o parecer de sua autoria sobre o processo licitatório referente à Concorrência nº 1/93, destinada à contratação de empresa integradora para execução de projeto de rede local de computadores com fornecimento de equipamentos e serviços, solicitada pela Gerência-Geral de Sistemas e Informática. O mencionado parecer, que é favorável à homologação da licitação, autorizando a despesa correspondente em favor da empresa Medidata Informática S.A., vencedora da concorrência, submetido a discussão e votação, é aprovado sem restrições. Isto posto, faz uso da palavra o 1º-Secretário, Deputado Elmo Braz, para a apresentação do parecer que emitiu, favorável à homologação do resultado do processo licitatório referente ao Convite nº 57/94, destinado à contratação de empresa para execução de serviços de interligação tubular, via aérea predial interna, com fornecimento de material, entre o Edifício Tiradentes e o Edifício Forluz (Torre A), bem como à autorização da despesa correspondente em favor da empresa Holos Serviços de Engenharia Ltda., vencedora do certame. Submetido a discussão e votação, é o citado parecer aprovado, na forma proposta pelo relator. Ainda nesta parte da reunião, é concedida a palavra ao 3º-Secretário, Deputado Bené Guedes, que procede à leitura do parecer favorável que emitiu relativo ao processo contendo a minuta do termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembléia Legislativa e a ASLEMG, que tem como objeto a concessão de uso do restaurante da Casa e da cantina dos funcionários, bem como a prestação de serviços de administração. Submetido a discussão e votação, é o parecer aprovado sem restrições. Finalmente, são aprovados os seguintes atos: nomeando para os cargos em comissão e de recrutamento amplo a seguir discriminados, nos seguintes gabinetes: gabinete do Deputado Jaime Martins: Karine Nery Grossi - Atendente de Gabinete; gabinete do Deputado Amílcar Padovani: Eduardo dos Reis Correa - Atendente de Gabinete; Everaldo de Oliveira Ribeiro - Atendente de Gabinete; Rosa Amélia Fernandes de Melo - Atendente de Gabinete; Adílson Ribeiro Ramos - Auxiliar de Serviços de Gabinete; Luiz Carlos Novaes Rosa - Auxiliar de Serviços de Gabinete; Milton de Souza Ferreira - Auxiliar de Serviços de Gabinete; Sérgio Cavalcanti L. de Albuquerque - Auxiliar de Serviços de Gabinete; Walmir de Oliveira Pifano - Auxiliar de Serviços de Gabinete; Heloísa de Andrade Monteiro - Auxiliar de Serviços de Gabinete; Regina Celli Bernardi Neves - Auxiliar de Gabinete; Ricardo Víctor Giorni - Auxiliar de Gabinete; Maria Tereza Marrara Boato - Secretário de Gabinete; Fabiano Alvarenga Campos - Assistente de Gabinete; Tony Paulo do Carmo - Supervisor de Gabinete; Valdoveu Víctor dos Santos - Assistente Técnico de Gabinete; Newton Vianna de Oliveira - Auxiliar Técnico Executivo; Valéria da Silva Dominguez - Técnico Executivo de Gabinete; nomeando Edy Faria Barbosa de Almeida para o cargo em comissão e de recrutamento amplo de Assistente de Gabinete; exonerando João Baptista Santiago Neto do cargo em comissão e de recrutamento amplo de Assistente de Gabinete; nomeando Alcilene Vilaça Guimarães para o cargo em comissão e de recrutamento amplo de Assistente de Gabinete; nomeando Einer de Oliveira Andrade para o cargo em comissão e de recrutamento amplo de Auxiliar de Serviços de Gabinete; exonerando Juliana Beaudette Drummond do cargo em comissão e de recrutamento amplo de Assistente Administrativo; nomeando Álvaro Sevarroli Capute para o cargo em comissão e de recrutamento amplo de Assistente Administrativo; exonerando Klaus Daniel Cotti Ulrich do cargo em comissão e de recrutamento amplo de Auxiliar de Gabinete; nomeando Christian Bernardo Sepulveda Toffalini para o cargo em comissão e de recrutamento amplo de Auxiliar de Gabinete; exonerando Mariana Elisa Ferreira Naves do cargo em comissão e de recrutamento amplo de Atendente de Gabinete; nomeando Silvana Itamara Castro para o cargo em comissão e de recrutamento amplo de Atendente de Gabinete. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente encerra a reunião, lavrando-se, para constar, a presente ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 30 de março de 1994.

José Ferraz, Presidente - Elmiro Nascimento - José Militão - Elmo Braz - Roberto Carvalho

MATÉRIA VOTADA

MATÉRIA APROVADA NA 512ª REUNIÃO ORDINÁRIA, EM 7/4/94

Parecer da Comissão de Fiscalização Financeira sobre o Ofício nº 70/93, do Tribunal de Contas.

ORDEM DO DIA

ORDEM DO DIA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO ESPECIAL PARA VISITAR O GRANDE HOTEL DE ARAXÁ, AVALIAR O SEU FECHAMENTO, PROPOR MEDIDAS QUE PRESERVEM AQUELE VALOROSO PATRIMÔNIO PÚBLICO E A ATIVIDADE TURÍSTICA DO MUNICÍPIO, A REALIZAR-SE ÀS 9H30MIN DO DIA 13/4/94

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: dar prosseguimento aos trabalhos da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Conjunta das Comissões de Constituição e Justiça, de Educação, Cultura, Desporto e Turismo e Lazer e de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Antônio Júlio, Clêuber Carneiro, Geraldo Rezende, Antônio Pinheiro, Ivo José e Ermano Batista, membros da Comissão de Constituição e Justiça; Cássimo Freitas, Francisco Ramalho, Maria José Haueisen e Ambrósio Pinto, membros da Comissão de Educação, Cultura, Desporto e Turismo e Lazer; e Roberto Amaral, Baldonado Napoleão, Antônio Carlos Pereira, José Renato, João Marques e Jaime Martins, membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, para as reuniões conjuntas das Comissões supracitadas a serem realizadas no dia 12/4/94, às 11 horas e às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se apreciarem os pareceres para o 1º turno dos Projetos de Lei nºs 1.916/94, que organiza o Conselho Estadual de Cultura, e 1.917/94, que dispõe sobre o Plano Integrado para o Desenvolvimento do Turismo em Minas Gerais, e dá outras providências, ambos do Governador do Estado.

Sala das Comissões, 8 de abril de 1994.

Célio de Oliveira, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Conjunta das Comissões de Constituição e Justiça e de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Nos termos do art. 129, parágrafo único, do Regimento Interno, convoco os Deputados Antônio Júlio, Clêuber Carneiro, Geraldo Rezende, Antônio Pinheiro, Ivo José e Ermano Batista, membros da Comissão de Constituição e Justiça; Roberto Amaral, Baldonado Napoleão, Antônio Carlos Pereira, José Renato, João Marques e Jaime Martins, membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, para a reunião conjunta das Comissões supracitadas a ser realizada no dia 12/4/94, às 16 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de se apreciarem os Pareceres para o 1º Turno dos Projetos de Lei nºs 1.958/94, que autoriza o Poder Executivo a doar os imóveis que menciona, e 1.959/94, que altera a redação de dispositivos da Lei nº 6.763, de 26/12/75, que consolida a legislação tributária do Estado de Minas Gerais e dá outras providências, ambos do Governador do Estado.

Sala das Comissões, 8 de abril de 1994.

Célio de Oliveira, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Conjunta - 12ª Audiência Pública Regional

Nos termos do art. 60, § 2º, inciso III, da Constituição Estadual, e do art. 101, inciso VI, do Regimento Interno, convoco os Deputados representantes das comissões permanentes da Assembléia Legislativa para a 12ª Audiência Pública Regional, a ser realizada na Macrorregião do Jequitinhonha, na cidade de Almenara, nos dias 14 e 15/4/94, no Almenara Tênis Clube, com a finalidade de se possibilitar a comunicação direta entre a Assembléia Legislativa e os municípios, agrupados por microrregião; de

se possibilitar a efetiva participação do cidadão, junto a seus representantes, na identificação e na discussão dos problemas sociais e econômicos do Estado; de se permitir à Assembléia Legislativa maior conhecimento das realidades regionais, de modo a planejar sua atuação em consonância com os interesses das microrregiões; de se subsidiar o processo legislativo e de se possibilitar à Assembléia Legislativa colher dados para subsidiar o planejamento do Estado e para a elaboração da proposta orçamentária, com base nas prioridades regionais estabelecidas.

Sala das Comissões, 7 de abril de 1994.
José Ferraz, Presidente.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÃO

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 756/92

Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária
Relatório

De autoria do Deputado Ermano Batista, o Projeto de Lei nº 756/92 autoriza o Poder Executivo a doar imóvel à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE - do Município de Jequeri.

Publicada em 28/3/92, a proposição recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, que lhe apresentou a Emenda nº 1.

Nos termos do Regimento Interno, art. 195, c/c o art. 103, vem, agora, a proposição a esta Comissão para ser objeto de parecer, sob o ângulo econômico-financeiro.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 756/92 visa à doação de imóvel de propriedade do Estado à APAE do Município de Jequeri.

O imóvel a ser doado, onde funcionou a Escola Estadual Padre Benevenuto, encontra-se desativado, sem nenhuma utilização. Por outro lado, a demanda regional de vagas escolares está plenamente atendida pela rede escolar em funcionamento.

Depreende-se, portanto, que a aprovação da proposição em tela não implica repercussão orçamentária.

Conclusão

Pelo exposto, concluímos pela aprovação do Projeto de Lei nº 756/92, com a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 7 de abril de 1994.

Célio de Oliveira, Presidente - Ivo José, relator - Roberto Amaral - José Renato.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

503ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Discurso Proferido em 22/3/94 pelo

Deputado Tarcísio Henriques

O Deputado Tarcísio Henriques - Sr. Presidente e Srs. Deputados, três questões me trazem a esta tribuna neste instante. Primeiro, porque consta na pauta de votação de hoje, o que não poderei sustentar na ocasião, a questão da limitação do ICMS. Estamos vendo outros Estados com uma grande diversificação na cobrança do ICMS. Outros Estados estão arrecadando o ICMS com muito mais facilidades que o nosso Estado. Creio que, a partir de hoje, haverá alguma modificação. Mas estávamos muito apegados à cobrança indiscriminada do ICMS. Nosso Estado estava muito fiscalista. A Secretaria da Fazenda estava com uma posição um tanto quanto irredutível, cobrando, de modo inflexível.

Mas hoje pela manhã, S. Exa. o Sr. Secretário da Fazenda anunciou, em um programa de televisão, que enviará a esta Casa um projeto de lei que trata da anistia ao produtor rural. Entendemos que a questão da anistia acarreta uma circunstância muito

particular. Ela acaba premiando o sonegador. Fazemos uma proposta diferente: que o Governo não cobre a multa de 100% para qualquer atraso no pagamento do ICMS e que dilate o prazo, o que facilitará a vida do pequeno contribuinte. Essa multa é um tanto quanto suspeita, porque nem sabemos a que ela se destina. Pode muito bem ser abandonada. Tanto que agora a Secretaria da Fazenda chegou à constatação de que pode perdoar ao produtor rural. Portanto, se ela pode perdoar, também pode aliviar a multa e cobrar apenas o principal. Essa é a nossa proposta.

Quanto à questão do ICMS, gostaria de chamar a atenção dos Srs. Deputados para o fato de que se trata de uma medida que tomaríamos, em consonância com outros Estados, para que o nosso ICMS não seja cobrado da maneira escorchantemente como está sendo. Em princípio, dizem os Deputados, isso é uma questão para o comerciante ou o industrial resolver. Não é não! Esse imposto cai nas costas do consumidor. Nenhum produtor ou comerciante paga o ICMS do próprio bolso ou com o próprio dinheiro. Ao contrário, é somente intermediário e apenas repassa o dinheiro que é arrecadado do consumidor.

Mas, Sr. Presidente, a questão principal que me trouxe a esta tribuna é um apelo que faço a V. Exa. e aos Deputados para que possamos sensibilizar o Governo do Estado, a fim de que os pensionistas do IPSEMG possam receber de acordo com o que está na Constituição Estadual e na Constituição Federal. Na Constituição Federal, em seu art. 40, § 5º, e na Constituição do Estado, art. 36, por coincidência também § 5º. Acho que essa coincidência foi até intencional.

A pensão por morte paga à viúva deve ser a totalidade dos vencimentos do servidor. Isso já acontece em alguns casos. Sabemos que as viúvas dos magistrados e dos Promotores de Justiça já recebem assim. A questão é fazer um apelo para que o IPSEMG passe a cumprir a Constituição e pague a seus pensionistas de acordo com essa conquista que eles já conseguiram na Constituição.

Nome documento: EDAPR1404.COC

O que acontece é que o IPSEMG, atendendo a prioridades, paga menos, às vezes não paga e às vezes protela o pagamento. Isso traz uma instabilidade muito grande às viúvas.

As viúvas do IPSEMG não estão recebendo de acordo com o que está prescrito na lei. Isso vem trazendo transtornos, dificuldades, agruras, desespero, e até alguns suicídios já aconteceram. Infelizmente, isso acontece por causa do descaso com que as autoridades tratam as viúvas e os pensionistas. Ainda agora estamos vendo o Supremo Tribunal cheio de regalias e privilégios, dos quais não abrem mão, enfrentando até o próprio Poder Executivo, que é quem arrecada e quem paga, por causa de 10% no salário. Eles querem fazer valer o preceito constitucional. Sabíamos do percentual dos 15%. Agora tem também 10%. Isso nos faz chegar à constatação de que muitas das nossas leis são postas no papel mas não se concretizam, não se efetivam, e algumas delas trazem esse desespero, esse choro e ranger de dentes.

Já é hora, Sr. Presidente, de agirmos com justiça, fazendo com que a justiça prevaleça acima dessas leis, que são postas no papel apenas para resolver problemas ocasionais.

503ª REUNIÃO ORDINÁRIA
Discurso Proferido em 22/3/94 pelo
Deputado Antônio Pinheiro

O Deputado Antônio Pinheiro - Sr. Presidente, Sr. Secretário, Deputado Federal José Bonifácio, Srs. Deputados, ilustres visitantes que ocupam as galerias, funcionários da Casa, senhores jornalistas.

Sr. Presidente, estou encaminhando à Mesa um requerimento, nos seguintes termos:

- Lê requerimento em que solicita a não-incorporação aos salários dos parlamentares desta Casa da parte proporcional ao aumento dos vencimentos dos Deputados Federais.

Acho que aqui, Sr. Presidente, estou comungando com o pensamento de V. Exa. e de todos os meus pares. E quero justificar.

Diz a sabedoria oriental que o homem, para fazer a maior viagem de sua vida, não necessita olhar sequer para a janela do seu quarto. É a viagem dentro de si mesmo.

Para conhecer o estado de miséria do nosso povo, não precisamos viajar pelo vale do Jequitinhonha, nem mesmo dar uma chegada à periferia de Belo Horizonte, ao acampamento do Bairro Ribeiro de Abreu ou ao Palmital.

Vivendo a rotina do nosso gabinete na Assembléia, nós constatamos a tristeza dos tempos que atravessamos. Pressionado pelas necessidades básicas de sobrevivência, nosso povo vem-nos pedir não leis ou projetos de desenvolvimento, mas esmola. Esmola para agüentar mais um dia. Esmola para adiar para amanhã a saída do filho da escola, por falta de pagamento, falta de merenda, falta de dinheiro para condução ou para comprar material escolar. Esmola para comprar um remédio que lhe foi receitado depois

de uma noite passada na fila do posto médico.

É chocante a insensibilidade das nossas classes dirigentes. No momento em que vivemos a expectativa de um novo plano econômico, em que os salários são convertidos pela média dos últimos quatro meses, os industriais e comerciantes se lançam furiosamente em absurdas remarcações.

É a fome do lucro imediato, rápido e a qualquer custo. Custo que poderá ser a própria inviabilização do plano econômico, que conta, em princípio, com a boa-vontade de todos.

O que pensar dos banqueiros, que, à menor ameaça de declínio nos seus gigantescos lucros, acenam com demissões em massa de funcionários?

Falta solidariedade. Falta patriotismo. Falta fraternidade. Falta coração. Falta confiança no futuro do Brasil. Falta, mesmo, inteligência, pois até para os seguidores do "é dando que se recebe" seria lucrativo o declínio da inflação. Mas isso requer paciência, enquanto o que nós assistimos é a sofreguidão, a pressa, como se todos acreditassem que estamos às vésperas do caos.

Nome documento: EDAPR1404.COC

Muito mais triste do que isso, Sr. Presidente, é a atitude daqueles que deveriam ser mais responsáveis: os Deputados Federais, representantes do povo que padece uma crise nunca vista em nossa história, e os Ministros do Supremo Tribunal Federal, que personificam, presumidamente, todo equilíbrio, toda honradez, competência e moderação.

Deputados e Juizes da Suprema Corte, legislando em causa própria, protagonizam o pior exemplo que poderia acontecer no momento: afirmam que eles pairam acima da luta do nosso povo, de suas dificuldades, acima do beme do mal. Usam dois pesos e duas medidas: salário de US\$65,00 para o trabalhador que labuta de sol a sol e aumentos artificiosos nos próprios vencimentos, já desproporcionalmente elevados e ainda acrescidos por benesses nem sempre muito bem justificadas, como verbas de moradia, transporte, assessoria, comunicação social etc.

Viagens ao exterior, como temos agora 17 deles viajando por Paris, numa viagem que custa US\$150.000,00, segundo notícia da imprensa.

A situação nos faz lembrar a referência bíblica aos fariseus, aqueles legisladores do tempo de Jesus, que atavam pesados fardos para colocá-los sobre os ombros do povo, mas eles mesmos não os tocavam nem com um dedo. É a política do "façam o que eu falo e não olhem o que eu faço."

Mas, Sr. Presidente, existe um perigo para nós, desta Assembléia. A vinculação do nosso subsídio aos dos Deputados Federais faz com que todos nos olhem com curiosidade e expectativa: será que também os Deputados Estaduais se servirão desse aumento?

É chegada a oportunidade de nos posicionarmos de maneira clara e franca. Não devemos participar desse ato de sabotagem contra a Pátria. A vinculação de salários não é compulsória. Trata-se de um limite máximo. Uma grande oportunidade para darmos aos mineiros mais uma razão de esperança nesta Casa.

Vamos abrir mão desse aumento absurdo, extemporâneo, impatriótico. Pelo menos no Estado de Minas Gerais nós podemos estancar o efeito cascata dessa sangria no erário. O nosso exemplo será repassado às Câmaras Municipais de Minas. Estaremos honrando os votos que nos confiaram. Estaremos em paz com as nossas consciências. Poderemos encarar a todos e a cada um que, no seu estrito direito de cidadão, nos pedir contas do nosso mandato.

Sr. Presidente, esse é um dinheiro sujo, preço da morte de muitos do nosso povo. Ele deve ser repudiado.

É preciso que a Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais dê o exemplo neste tempo tão árido de homens, neste País!

O deferimento deste pedido será a demonstração cabal da maturidade, do desprendimento e da solidariedade desta Assembléia.

Não podemos nos aliar àqueles que, infelizmente, são maioria na Câmara Federal, àqueles 300 que já foram chamados de "picaretas" pelo Presidente do PT, de "bandidos" por uma apresentadora de TV, e de "nojentos" pelo Governador do Ceará.

503ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Discurso Proferido em 22/3/94 pelo

Deputado Roberto Carvalho

O Deputado Roberto Carvalho - Colega Presidente, colegas do Plenário, das galerias, dos gabinetes, pensionistas, demais presentes, gostaria, hoje, de fazer uma cobrança ao Governo. Agora há pouco, conversamos com o Secretário de Administração, que está participando de uma reunião de comissão na Casa. Gostaríamos também de analisar que, mais uma vez, o Governador Hélio Garcia descumpra a sua palavra, ele que prometeu negociar e respeitar o funcionalismo público. Aqueles que pegarem a revista "Veja"

vão ver o encarte "Minas Aponta o Caminho" e o editorial assinado pelo Governo do Estado de Minas Gerais. O editorial diz o seguinte. (- Lê:)

"É tempo de colher. O primeiro dever do Governo é zelar pela integridade da máquina pública, dando-lhe direção profissional, respeitando homens e mulheres que nela trabalham e cuidando de sua capacidade operacional.

Nome documento: EDAPR1404.COC

Pois bem, o Governo prometeu dialogar, respeitar os servidores, e o que fez? Anunciou, na semana passada, que iria "uerrevezar" o salário dos servidores públicos pela média dos quatro meses, sem a aplicação da inflação do mês de março. Anunciou que a conversão em URV seria a partir de 1º de abril, dizendo que cumpriria a política. E qual é a política? De fevereiro para março, os servidores terão 55% de aumento, o que corresponde a 60% da arrecadação de janeiro e fevereiro. Só aí, os servidores já perdem. Ao não incorporar a inflação de março, em torno de 45%, o Governo impõe uma perda de salário real de mais de 40% aos servidores públicos. Isso é um absurdo. É esse mesmo Governo que diz que tem que respeitar os homens e as mulheres que trabalham na máquina pública.

O Governo não tem dinheiro para repor as perdas dos servidores públicos nem tem tempo para negociar, mas tem dinheiro para pagar um caderno publicado na revista "Veja" que, pela informações que obtivemos, ficou em mais de US\$20.000.000,00.

Estamos dando entrada a um requerimento solicitando a presença do Secretário de Comunicação Social para explicar essa publicidade, que, aliás, está muito bem feita. Tiveram o cuidado de não colocar o retrato nem o nome do Governador, senão seria afrontar a Constituição, que proíbe isso. Temos que saber quanto custou essa propaganda.

A Constituição é claríssima quando diz que os pensionistas têm o mesmo direito dos servidores da ativa, inclusive com reestruturação e plano de cargos e salários. Mas, até hoje, o Governador não cumpriu a Constituição, adequando esses salários. O Governo do Estado não cumpriu a Constituição adequando os salários dos pensionistas ao montante percebido pelos servidores da ativa.

O Governo não dispõe de dinheiro para repor as perdas salariais dos servidores públicos, não cumpre a Constituição no que diz respeito a pensionistas, mas arca com o patrocínio de uma campanha que, ao que tudo indica, trata de lançamento de candidatura à Presidência da República e traz como título central os dizeres "Minas Aponta o Caminho". Trata-se de campanha extremamente curiosa, pois refere-se à JPX - Fabricante de Veículos Utilitários, que teria investido US\$22.000.000,00 na implantação de sua unidade em Pouso Alegre. A informação que temos é que essa campanha está custando aos cofres públicos mais de US\$20.000.000,00. Então, se não existe dinheiro para repor as perdas salariais do funcionalismo, de onde está saindo o dinheiro para essa campanha milionária e nacional?

Estamos dando entrada a esse requerimento, cujo assunto já foi abordado diversas vezes pelo Deputado José Militão, pelo Deputado Tarcísio Henriques, com a intenção de minorar esta chaga, este absurdo cometido contra pensionistas.

Apresentamos requerimento convocando para comparecer nesta Casa o Secretário de Comunicação Social, para que nos cientifique do montante pago por essa campanha e quais seus reais objetivos, o que penso, aliás, ser dever desta Assembléia.

Por último, gostaria de dar entrada a um requerimento relativo ao absurdo que está se passando no CEASA, onde foi constatado, no decorrer de duas semanas, um aumento de preços de 350%. Apresentamos esse requerimento à Comissão presidida pelo Deputado Marcos Helênio para que convoque o Diretor-Superintendente do CEASA, que deverá prestar esclarecimentos sobre o assunto.

Queremos, mais uma vez, cobrar agilidade da Presidência desta Casa no que se refere à indicação, pelas Lideranças, dos membros para a comissão especial que irá avaliar o pedido de "impeachment" do ex-Governador. Não podemos deixar que o "impeachment" do ex-Governador continue nas gavetas do Legislativo mineiro. É um dever de honra do Legislativo apurar esse processo até o fim.

503ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Discurso Proferido em 22/3/94 pelo

Deputado Ronaldo Vasconcellos

O Deputado Ronaldo Vasconcellos* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, senhores presentes às galerias, assessoria desta Casa, membros da imprensa, por

Nome documento: EDAPR1404.COC

coincidência traz-me à tribuna assunto referente à Praça da Liberdade, que constou, também, da fala do ilustre Deputado Roberto Carvalho.

Queremos que a Praça da Liberdade seja preservada, que ofereça melhores condições para aqueles que trabalham nas repartições públicas a ela adjacentes e que seu ambiente proporcione tranqüilidade a quantos por ela transitam.

A nossa intenção é suscitar uma questão que deverá ser discutida, aprofundada e, logicamente, a partir daí, ter uma deliberação tomada por aqueles que respondem pelo trânsito de Belo Horizonte. Quem responde pelo trânsito de Belo Horizonte é a BHTRANS, órgão da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte.

Estamos providenciando, Sr. Presidente, não um requerimento que poderá ter uma tramitação um tanto demorada, mas um ofício ao Sr. Presidente da BHTRANS, Sr. João Luís da Silva Dias, no sentido de que aquele órgão estude a possibilidade, a viabilidade da retirada dos ônibus, dos coletivos e até mesmo dos carros que trafegam pela Praça da Liberdade. É lógico que será necessário um estudo técnico para que o nosso pedido seja atendido. Portanto, que se estude também a possibilidade - ousar pedir - de se retirarem da circulação daquela praça até os carros que por ali passam. Volto a repetir: o nosso ofício traduz um veemente apelo para que a BHTRANS proceda a estudos para se verificar a viabilidade ou não desse nosso apelo. A nossa intenção é a da preservação da Praça da Liberdade, principalmente no tocante ao transporte coletivo. Os ônibus que por ali passam, dificultam o trânsito, jogando fumaça, poluindo o ambiente, prejudicando a comunidade, a qualidade de vida de centenas de pessoas que usam a Praça da Liberdade todos os dias. Lembraria, também, que aquela região é ainda utilizada, e muito utilizada, pelos praticantes de "cooper", de caminhadas durante a madrugada, pelas manhãs, às tardes e durante a noite. Portanto, a BHTRANS poderia fazer um estudo para verificar se o nosso pedido é razoável ou não.

Vamos, então, Sr. Presidente, aprofundar os estudos para que pelo menos no sentido transversal aquela praça não seja cortada por ônibus ou por veículos de passeio e táxis. É lógico que o trânsito pela Rua Gonçalves Dias e Avenida Bias Fortes deve continuar. Mas, Sr. Presidente, falo da Praça da Liberdade, preocupado com a qualidade de vida de todos que por ali passam diariamente, inclusive nos fins de semana.

O Deputado Roberto Carvalho, que me antecedeu, com o brilho que lhe é peculiar, combativo como nunca, levantou a questão da publicidade feita pelo Governo do Estado em revistas de circulação nacional. Todos os órgãos públicos fazem publicidade, assim como faz publicidade também a administração petista do Sr. Patrus Ananias, como fez também muita publicidade a administração petista da Sra. Luíza Erundina em São Paulo. Com relação ao nosso Prefeito Patrus Ananias, a quem muito admiro e respeito, eu já não falaria sobre esta questão. Mas é bom que o Deputado Roberto Carvalho levante essa questão de gastos públicos com publicidade. E eu poderia garantir ao ilustre Deputado Roberto Carvalho que, tendo ou não o seu requerimento aprovado nesta Casa, ele receberá uma resposta deste Deputado ou de outro Deputado que seja designado para esse fim, pelo respeito e pela consideração que merece e pelas suas preocupações. Quero garantir ao ilustre Deputado Roberto Carvalho que sua fala não ficará sem resposta, serão passadas a ele todas as informações solicitadas. Mas eu gostaria de lembrar a ele que todos os órgãos públicos fazem publicidade, como faz publicidade a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, como fez muita publicidade a antiga administração municipal de São Paulo, na pessoa da ilustre ex-Prefeita Luíza Erundina. E pelas informações que temos, na verdade, a ex-Prefeita de São Paulo até exorbitou nos gastos com publicidade.

Eu gostaria de dizer que, por respeito ao ilustre Deputado Roberto Carvalho, que levanta uma questão importante, essa questão não ficará sem resposta. Ele a terá através de algum Deputado do bloco que apóia o Governo Hélio Garcia nesta Assembléia. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(* - Sem revisão do orador.)

Nome documento: EDAPR1404.COC

503ª REUNIÃO ORDINÁRIA
Discurso Proferido em 22/3/94 pelo
Deputado Baldonado Napoleão

O Deputado Baldonado Napoleão - Sr. Presidente, Srs. Deputados, pessoas presentes nas galerias, estudantes universitários de Barbacena e da nossa região, venho a esta tribuna, neste momento, para falar da implantação da Universidade do Estado de Minas Gerais. Mas quero usar os minutos iniciais de que disponho para dizer à Casa que foi realizada na quinta e na sexta-feira a primeira audiência pública da Assembléia Legislativa, em Paracatu. Tivemos lá 97 entidades participantes e 210 propostas de mais alta qualidade, o que indica que a Assembléia de Minas, ao tomar a iniciativa pioneira de se deslocar para o interior, abrindo a possibilidade da participação da população na elaboração do orçamento do Estado, tomou, na verdade, uma iniciativa histórica. E, com a experiência de 1993, a metodologia adotada para 1994 já mostrou,

na primeira audiência, um resultado extremamente positivo. A elaboração do orçamento é de responsabilidade do Poder Executivo e conta com a participação das Secretarias de Assuntos Municipais e do Planejamento. Assim sendo, a realização da audiência pública de Paracatu, como todas as outras, foi uma contribuição efetiva da Assembléia Legislativa ao desenvolvimento da administração pública do nosso Estado.

Quero ainda me referir à questão da integração regional que a audiência pública permite. O Noroeste do Estado é uma região mineira; no entanto, ela não toma conhecimento das notícias de Belo Horizonte, das notícias de Minas, em geral. São mineiros que reivindicam a integração do nosso Estado. E, mais do que isso, essa audiência significou a oportunidade muito importante de mostrar à população do Norte de Minas o lado positivo da política e do Poder Legislativo, neste momento de degradação moral da política nacional, quando alguns estão convencidos de que não mais se justifica o funcionamento deste Poder.

Reafirmo que iniciativas como essa da Assembléia - indo ao interior ouvir a manifestação das entidades, para que elas participem da elaboração do orçamento - devem ser divulgadas e levadas ao conhecimento de toda a população, com entusiasmo e convicção.

Espero que, nas próximas audiências públicas, possamos contar com a mesma participação da comunidade e, assim, atingir o mesmo sucesso.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, encontra-se numa fase importante de tramitação, nesta Casa, o projeto de implantação da Universidade do Estado de Minas Gerais. Mais uma vez, a Assembléia de Minas mostrou à juventude do nosso Estado, ao elaborar a Constituição, a sua visão, o seu compromisso com o desenvolvimento e o futuro do nosso Estado, criando essa Universidade.

Esse importante projeto de lei do Governador do Estado implanta efetivamente a nossa Universidade, no interior. Quero registrar agora que existe uma emenda nossa - já integrada ao corpo do projeto - propondo a absorção de duas fundações de Barbacena que oferecem ensino superior: as Fundações Antônio Carlos e José Bonifácio. Neste momento, a presença de universitários e das lideranças estudantis de Barbacena, nas galerias, não é apenas a manifestação de uma reivindicação da população daquela cidade, mas significa a necessidade de toda a nossa região de ter uma grande universidade.

Barbacena, hoje, surge no cenário nacional como município histórico, que já deu três Governadores a Minas Gerais, mas também possui excelente bacia leiteira, é um grande exportador de flores e tem a maior produção hortigranjeira do Estado. É, ainda, um município que aspira a participar no cenário do desenvolvimento econômico e industrial de Minas, com o mesmo espaço; contudo, é muito tímido o seu quadro de desenvolvimento industrial. E, sem dúvida nenhuma, um dos mais importantes caminhos para Barbacena para chegar ao nível de um município também desenvolvido no setor secundário, ou seja, industrialmente, é a constituição de uma base universitária sólida.

Nome documento: EDAPR1404.COC

Não podemos entender que uma cidade como Barbacena esteja, até hoje, sem uma universidade de grande porte. Temos excelentes faculdades, graças ao esforço de seus atuais dirigentes, que criaram as duas fundações e diversos cursos, inclusive o de Medicina, que é dispendioso e difícil de ser administrado.

Mas a satisfação e o entusiasmo desses jovens aqui presentes, na Casa do povo de Minas, traduzem a aspiração ao crescimento, ao desenvolvimento, já que, se outras regiões serão aquinhoadas com o ensino público e gratuito de 3º grau, a nossa região também aspira a um ensino de qualidade, um ensino profissional e com professores bem pagos, em tempo integral. Que não seja apenas ensino, mas que se estenda à área de pesquisa e à área de extensão. Isso só poderá ser feito - e esta é a experiência brasileira, não apenas a do nosso Estado - se nós tivermos uma estrutura universitária com a participação de recursos públicos. Esta é a razão de sermos, há muitos anos, defensores do ensino público e gratuito, em todos os níveis, principalmente no nível de 3º grau. Essa facilidade, nós já a temos nas regiões de São João del-Rei e Juiz de Fora, mas falta o reconhecimento desse direito à juventude da região polarizada por Barbacena.

Temos certeza de que o potencial e o prestígio político de Barbacena já exigem, há muito tempo, a base universitária que dá a todas as cidades desenvolvidas do mundo a possibilidade de realizar um desenvolvimento com qualidade. Sendo assim, essa nossa emenda já é parte integrante do projeto de lei que tramita nesta Casa.

Aqui, peço, em nome dessa juventude simpática e operosa de Barbacena e de toda a nossa região, o apoio da Assembléia Legislativa de Minas para o alcance desse extraordinário objetivo, que é o de nossos jovens terem reconhecidos os mesmos direitos dos de outras regiões. E poderem contar com a facilidade do ensino público

e gratuito de 3º grau. Muito obrigado.

503ª REUNIÃO ORDINÁRIA
Discurso Proferido em 22/3/94 pelo
Deputado José Militão

O Deputado José Militão - Sr. Presidente, Srs. Deputados, alunos, professores da UEMG, que, apesar de ter sido criada, ainda não existe.

O objetivo de nossa presença na tribuna, hoje, é falar um pouco sobre a UEMG. Nós fomos um dos Deputados que, na Constituinte mineira de 1989, apresentaram emenda para criar a UEMG. Posteriormente, essa emenda veio a transformar-se no art. 82 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Nós imaginávamos, naquela época, que Minas Gerais, por ter a segunda economia do País e por ser um Estado servido apenas por universidades federais, pudesse ter também a sua universidade estadual. Pensávamos que o Estado pudesse investir mais nessa universidade, para que ela se tornasse uma grande universidade dos mineiros, com todos os cursos da área do 3º grau, com pós-graduação, enfim, que viesse a ser um grande centro de pesquisa no nosso Estado.

Infelizmente, o tempo passou, e até hoje nós estamos assistindo, aqui, desta Assembléia Legislativa, à dificuldade para a implementação do art. 81 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Mas a UEMG, apesar de não se ter ainda transformado na universidade de nossos sonhos, é hoje uma realidade, pois assim que aprovarmos esse projeto de lei, e assim que o Estado começar a fornecer recursos para sua concretização, ela de fato virá a funcionar.

Não é possível que Minas Gerais, com o seu potencial econômico, ainda não tenha uma universidade para cuidar dos seus filhos.

É por isso que nós somos favoráveis ao projeto de lei que aí está, para que sejam implantadas, nas diversas regiões do Estado, suas fundações e as instituições de ensino. Assim, poderemos fornecer ensino de boa qualidade e, principalmente, ensino gratuito. Ainda ontem recebemos o apelo de vários Prefeitos, de várias lideranças e, principalmente, dos estudantes da região mais pobre de Minas Gerais, que é o vale do

Nome documento: EDAPR1404.COC

Jequitinhonha, em favor da estadualização da Fundação de Ensino Norte de Minas, de Teófilo Otôni. Também somos favoráveis a que isso aconteça e possa contribuir para que os estudantes daquela região tenham, de fato, ensino gratuito e de boa qualidade. Portanto, estamos com vocês para aprovar, definitivamente, a universidade de nossos sonhos, que é a UEMG.

503ª REUNIÃO ORDINÁRIA
Discurso Proferido em 22/3/94 pelo
Deputado Adelmo Carneiro Leão

O Deputado Adelmo Carneiro Leão - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, professores, alunos, demais pessoas presentes nas galerias: antes e até por uma questão de justiça, quero manifestar meu contentamento e também aproveitar a oportunidade para parabenizar a assessoria desta Casa pelo trabalho altamente profissional e competente realizado em Paracatu. Foi um grande sucesso a audiência pública realizada naquela cidade. Gostaria, também, nesta oportunidade, de solicitar ao Sr. Presidente que, nas próximas reuniões, sejam informadas, no local, as propostas acolhidas pelo orçamento deste ano e as propostas que já se encontram em execução. É preciso mostrar à população de cada região que essas audiências se realizam com espírito de respeito para com aqueles que se esforçaram e trabalharam para o encaminhamento das propostas e suas prioridades. Quero lembrar ao público presente que, na audiência pública de Paracatu, a prioridade escolhida para o próximo orçamento foi a implantação da Universidade do Estado de Minas Gerais.

Gostaria de aproveitar este momento para dizer aos estudantes presentes, aos profissionais da educação, aos pesquisadores que a luta para a implantação da Universidade não é de uma pessoa apenas, não é só desta Assembléia, mas de todos nós. Para que essa luta seja vitoriosa, torna-se necessário um pouco de conhecimento da história da implantação da Universidade. Primeiro, é necessário saber que a Constituição do Estado de Minas Gerais o determina. Portanto, resulta de um trabalho da Constituinte e da força de Minas Gerais inteiro, da participação do povo de Minas, que, sensibilizando nossos constituintes, fez com que ficasse definida a implantação da UEMG. Em nosso entendimento, talvez seja esta a mais poderosa alavanca de desenvolvimento de nosso Estado.

Nós, em 1991, reconhecendo que a UEMG, para ter as características que sempre defendemos nas nossas lutas - uma universidade pública, competente e autônoma -, necessitava, também, de autonomia financeira. Nesse sentido, apresentamos uma emenda à Constituição, a Emenda nº 15, que, até hoje, não foi votada por esta Assembléia

Legislativa, que, majoritariamente, apóia o Governo do Estado e que, até esta data, não mostrou vontade política de implantar a UEMG. É preciso reconhecer isso. A emenda que encaminhamos à Assembléia determina que 1,5% do orçamento do Estado seja destinado à implantação e à manutenção da UEMG. Só assim vamos garantir recursos para a Universidade, sem que esses recursos fiquem vinculados à vontade e compreensão política dos nossos governantes. A Universidade precisa ter autonomia. Lamentavelmente, até hoje, essa emenda não foi votada e, além de tudo, foi profundamente modificada por um substitutivo, que alterou a sua própria significação. Ele mutilou os recursos destinados à FAPEMIG, definidos pela própria Constituição. Entendemos que a FAPEMIG é a primeira parceira da Universidade e não vamos fazer a Universidade forte fazendo a FAPEMIG fraca. Portanto, a insistência do Governo e a submissão da Assembléia estão conduzindo a esse caminho: tornar a FAPEMIG fraca e destinar recursos para a Universidade à custa dos recursos da ciência e da tecnologia. A fonte primeira de amparo e de fortalecimento da UEMG é a FAPEMIG. Não queremos que os recursos desta sejam retirados para serem destinados à Universidade do Estado de Minas Gerais.

Entendemos que existem outras destinações de recursos menos nobres e importantes, que poderão e deverão ser redirecionados para a UEMG. Lamentavelmente, isso não ocorreu, e o projeto que foi encaminhado à Assembléia tem muito de bom, mas apresenta

Nome documento: EDAPR1404.COC

algumas falhas que precisam ser mostradas aqui e agora para não caracterizar uma atitude do PT contra a Universidade. A primeira falha é a seguinte: o art. 24, inciso III, determina que, no mínimo, 50% dos recursos da FAPEMIG - que são definidos constitucionalmente, permitindo a plena autonomia de gestão por parte daquele órgão - sejam destinados à implantação da UEMG.

É preciso fazer outra denúncia: a Constituição do Estado de Minas Gerais determina que 3% dos recursos orçamentários do Estado sejam de uso exclusivo da FAPEMIG, sejam geridos por ela para financiamentos na área de ciência e tecnologia. Entendemos que esse é outro fator de alavanca do Estado, outro fator importante para o desenvolvimento do Estado. Entretanto, nunca o Governo do Estado de Minas Gerais cumpriu a determinação constitucional, e, lamentavelmente, vemos protestos de Deputados quando se fala alguma coisa que é contrária à Constituição. Os governistas nunca se empenharam em fazer esse Governo cumprir a determinação constitucional, isto é, destinar os referidos recursos orçamentários à área de ciência e tecnologia. Entretanto, querem, agora, nesse projeto, retirar não parte dos 3%, mas a pouca parcela dos recursos destinados à FAPEMIG, e isso é muito grave. Senhores estudantes, professores e cientistas presentes, isso é extremamente grave. A demanda que ocorre na FAPEMIG, as solicitações de recursos para investimentos em ciência e tecnologia são superiores ao que o Estado está determinando, muito superiores, e o que o inciso III do art. 24 propõe é parcelar esses recursos para a construção da Universidade. Aqui existe uma manobra demagógica e perigosa, pois a quantidade de recursos que está sendo destinada à FAPEMIG é insuficiente para a pesquisa, para a ciência e a tecnologia e muito menos para sustentar a implantação da UEMG.

Nós, professores e alunos, que queremos ver o desenvolvimento do nosso Estado, temos que exigir do Governo a destinação de recursos para a implantação da Universidade, como manda a Constituição do Estado. Que ele implante essa Universidade e não a destroe, não leve à falência a FAPEMIG. Essa é uma questão com que temos de tomar cuidado; por isso mesmo, estamos propondo, por meio de uma emenda, que os recursos que a FAPEMIG irá destinar à UEMG, como parceira, sejam para garantir a atividade de ciência e pesquisa e o desenvolvimento científico e tecnológico da Universidade.

E queremos mais ainda: que o Estado destine os recursos adicionais para estruturar a Universidade, para implantá-la. Por causa das circunstâncias que estamos vivendo, estamos propondo uma emenda que garanta a gratuidade na Universidade. É preciso garantir, assegurar, na sua instalação, gratuidade para todos os estudantes. Por meio de uma outra emenda que estamos propondo, por entender que os universitários devem ter um compromisso definido com o desenvolvimento do Estado, com aqueles que não tiveram a oportunidade de alcançar a Universidade, com aqueles que estão marginalizados, com aqueles que estão em condição de pobreza, pretendemos tornar obrigatório que aqueles que passaram pela Universidade pública, autônoma, gratuita, de boa qualidade possam, também, prestar serviços à sociedade mineira. Entendemos que esse é um fator necessário para o crescimento do nosso Estado.

Quero, mais uma vez, insistir com os Deputados, estudantes, professores, pesquisadores que estão vinculados à FAPEMIG e dizer que essa luta não é apenas de um Deputado nem só da Assembléia Legislativa. Essa luta é nossa, de todos os mineiros, principalmente de nós, professores, alunos e pesquisadores do Estado.

À medida que formos capazes de nos participar, de nos organizar, de lutar pela

Universidade, nós a teremos pública, gratuita, de boa qualidade, autônoma, inclusive, da vontade política de determinados governantes que nunca pensaram no desenvolvimento do Estado e na sua Universidade.

503ª REUNIÃO ORDINÁRIA
Discurso Proferido em 22/3/94 pelo
Deputado Roberto Carvalho

O Deputado Roberto Carvalho - Sr. Presidente, colegas do Plenário e colegas professores, alunos da que esperamos seja a nossa Universidade Estadual, não vou ser

Nome documento: EDAPR1404.COC

repetitivo, mas gostaria de lembrar apenas duas coisas. A Bancada do PT apresentou uma proposta de emenda constitucional de autoria do nosso colega Adelmo Carneiro Leão, a qual determinava o percentual de 1,5% do orçamento para a Universidade. Pergunto por que essa emenda ainda não foi aprovada. Gostaria de fazer duas abordagens, e a segunda é com relação à verba da FAPEMIG, que é claríssima na Constituição. O Governo tem que destinar 3% do orçamento para a pesquisa.

A Bancada governista arquivou, na última sexta-feira, um relatório em que, por meio de uma auditoria do Tribunal de Contas, constatava-se que o Governo Hélio Garcia, no orçamento de 1991, não gastou com a pesquisa os referidos 3%. O relatório era claro sobre o 1% repassado para a FAPEMIG. E, agora, como diz o Deputado Adelmo Carneiro Leão, o Governo coloca recursos no projeto, retirando-os da FAPEMIG, sem, entretanto, repassar a essa fundação tais recursos.

Nós defendemos a Bancada e sabemos que outros a defendem, mas antes de defender a implantação, a realização disso que, diria, é um sonho - a Universidade Estadual -, queremos o compromisso da concretização desse projeto. Não adianta aprová-lo. Não adianta criarmos a Universidade Estadual no papel, se o Governo não repassa os recursos a ela destinados. Tem faltado vontade e compromisso políticos do Governo para com a pesquisa em Minas Gerais. E pesquisa, ciência e tecnologia são mais do que importantes, são essenciais em um país que se queira moderno e realmente competitivo no mercado internacional.

O que queremos aqui é o seguinte: votaremos o projeto e queremos que todos cobrem do Governo o compromisso com a ciência e a tecnologia, para que a Universidade Estadual não continue no papel.

503ª REUNIÃO ORDINÁRIA
Discurso Proferido em 22/3/94 pela
Deputada Maria José Haueisen

A Deputada Maria José Haueisen - Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhores presentes nas galerias, estamos vivendo, com a implantação da Universidade de Minas Gerais, problemas estranhos, até mesmo esdrúxulos. Estamos vendo uma quantidade enorme de cidades querendo que sua fundação ou sua escola de 3º grau passem a integrar a Universidade Estadual de Minas Gerais. O número dos que desejam se integrar à UEMG é tão grande que está surgindo um problema para o Governo e para aqueles que estão na direção da Universidade, porque sentem que é difícil, e, até mesmo impossível, arcar com tamanha responsabilidade, em tão pouco tempo.

Entretanto, em Teófilo Otôni, minha cidade, o caso é diferente. A Universidade Estadual de Minas Gerais já tem, como uma de suas unidades a Fundação Educacional do Nordeste Mineiro - FENORD. Isso aconteceu por meio de um projeto de lei votado em novembro de 1990, o qual foi vetado pelo então Governador do Estado, Sr. Newton Cardoso, que recebeu - e confessou receber - pressão da direção da FENORD para vetar tal projeto.

Numa tarde memorável de março de 1991, esse veto foi derrubado por este Plenário, numa votação cujo resultado foi 54 votos a 3. Agora, a direção da FENORD, que é a mesma de 1990, porque parece até que os seus cargos são vitalícios, puxa para trás e quer retirá-la das unidades que fazem parte da Universidade Estadual de Minas Gerais. Alegam que não fizeram essa opção. De fato, não a fizeram, mas conseguiram um decreto do então Governador Newton Cardoso para privatizar a Fundação Educacional do Nordeste Mineiro. Um decreto que foi publicado de maneira silenciosa, não digo clandestina e escondida porque foi publicado no Minas Gerais. Mas quem procura o Minas Gerais para ler, se não tiver um interesse definido? E assim mesmo, quem o procura vai buscar na página exata, no lugar exato, o que deseja. Seja o assunto relacionado com quinquênio, biênio, aposentadoria ou com o reconhecimento de escola. A privatização da FENORD, feita por um decreto do Governador, foi publicada no mais absoluto silêncio; silêncio guardado, principalmente e sobretudo, pela direção da FENORD, isto é, por cinco ou seis, se é que todos os cinco ou seis tinham conhecimento do fato.

Nome documento: EDAPR1404.COC

Por acaso, no final do ano, descobrimos isso. Entramos com uma emenda ao referido projeto de lei e a FENORD passou a fazer parte da UEMG. Agora, na minha cidade, há uma divisão: há os que querem e há os que não querem a absorção da FENORD. Quem não quer a estadualização da FENORD? A direção e os professores, na sua maioria, mas pouquíssimos alunos. Quem quer a estadualização da FENORD? Os alunos, na sua grande maioria, para não dizer a totalidade (porque tem uma meia dúzia que está sob o mando da direção), a sociedade em geral e os políticos. Quero lembrar aqui que todos os Deputados da cidade desejam a estadualização da FENORD e afirmaram isso, em declarações públicas, os Deputados Wilson Pires, Kemil Kumaira, Maria José Haueisen, Nilmário Miranda. Todos desejam a estadualização da FENORD: a Câmara Municipal, tanto a atual como aquela que estava no poder em 1990, o ex-Prefeito e o atual, os Prefeitos da região do Mucuri, que fazem a associação chamada AMUC, e vários Prefeitos do vale do Jequitinhonha.

E por que então a direção da FENORD não deseja a sua estadualização? Claro que há interesses escusos, interesses que eles não querem e não podem revelar, como o de continuar no mando da escola, o de continuar controlando os recursos financeiros da FENORD, que são vultosos; de controlar a educação dos alunos, o de manobrar quem fica e quem não fica na escola. Não são raros os casos de professores competentes e preparados que foram dispensados com a declaração de que não estavam saindo por falta de competência, mas porque não tinham mais a simpatia da direção. O problema era pessoal, e Teófilo Otôni tem perdido, com isso, bons professores de 3º grau.

É verdade que também os professores estão atemorizados, e não tiro a sua razão. Em primeiro lugar, eles não sabem e não podem discutir coisíssima nenhuma. Acredito mesmo que eles não conhecem o projeto que está criando a UEMG, porque a falação que chega aos seus ouvidos em reuniões feitas só para eles, sem permissão para debates, é de que a UEMG é um fantasma; que com a sua implantação os professores vão ser todos despedidos; que os professores de 3º grau vão ganhar como P6 e não terão condições mínimas de sobrevivência.

É claro que essa insegurança tem levado a maioria dos professores a temer pela implantação da UEMG. Mas a falação, a falsidade e as meias verdades da direção não têm parado por aí. Andaram fazendo "lobby" aqui na Assembléia Legislativa. Conversaram com os Deputados e impuseram suas razões. Contam apenas a meia verdade. Dizem, com base no art. 82, que a UEMG não pode absorver a FENORD. Omitem o que reza o inciso II do § 1º do mesmo artigo, que estabelece o seguinte: "A extinção dos vínculos existentes com o poder público estadual, mediante alteração de seus estatutos, permanecendo sob a supervisão pedagógica do Conselho Estadual de Educação, nos termos da Constituição, desde que não tenha recebido recursos públicos estaduais, até a data da promulgação".

Aí está a chave da questão. Podiam conseguir a extinção dos vínculos públicos com o Estado, mas não podem fazer isso por causa da lei, uma vez que a fundação começou com recursos públicos do Estado, que doou a ela o prédio de uma escola, o qual, posteriormente, foi vendido. Com esse dinheiro, começaram ou compraram um prédio maior, onde hoje funciona a FENORD, é claro, completando a quantia. Não questiono a transação comercial. Creio que ela foi legal e perfeitamente justa, mas ninguém pode negar que há dinheiro público na sua origem, e não apenas recursos do Estado, pois também receberam verbas de Brasília.

Agora, querem privatizar, para continuar o rodízio entre cinco ou seis membros da Diretoria. Em um mandato, um é Diretor e outro é Presidente; em outro mandato, um é Presidente e outro, Diretor. E assim por diante. Essa troca, ou seja, esse rodízio, já existe há muito tempo. Inconformados e com medo de perder o poder, esses Diretores da FENORD fizeram várias incursões em instâncias superiores. Entraram até com uma ação cautelar, pedindo que a FENORD fosse excluída da UEMG. Vejam a resposta do 1º Juiz de Direito de Belo Horizonte: "Não antevejo o alegado de bom Direito para assegurar em "limine litis" a pretensão da autora, FENORD, em manter-se desvinculada

Nome documento: EDAPR1404.COC

da administração do Estado de Minas Gerais, depois de confessamente vir desta recebendo recursos públicos, sob pena de exaltar a imoralidade administrativa, ao permitir que o patrimônio público sirva apenas à administração privada. Destarte, indefiro a liminar "ad cautelam". (a) Dr. Belisário de Lacerda".

Sr. Presidente, Srs. Deputados, sei que há dúvidas entre alguns Deputados desta Casa, os quais acham que não seria justo aceitar a FENORD e excluir outra. Queremos dizer que, para a FENORD, estão pedindo a exclusão, mas ela já está integrada à UEMG. Entretanto, há Deputados que estão desinformados quanto à questão. Uma coisa é querer excluir o que já está dentro, outra coisa é querer incluir o que está fora. Entendemos que a Universidade do Estado de Minas Gerais, presente com uma unidade em

Teófilo Otôni, só trará vantagens para uma região abandonada, esquecida e relegada a segundo plano. A cidade de Teófilo Otôni é uma cidade-pólo dos vales do Mucuri, Jequitinhonha e São Mateus. Para lá estão indo estudantes de toda a região. Não podemos abrir mão do direito de ter uma universidade presente entre nós, a qual privilegie a pesquisa e a competência dos professores. Uma universidade que promova cursos para que os professores sejam mestres e doutores em suas matérias e que facilite o ensino pela gratuidade, que, nós sabemos, não será imediata. Sabemos que essa gratuidade só virá à medida que o Estado se comprometer com a educação.

Temos esperança, pela luta do povo, de que um dia teremos um Estado comprometido com o ensino público e gratuito para todos. Esse ensino há de ser de boa qualidade. Para que Teófilo Otôni tenha esse ensino de boa qualidade, é preciso que haja liberdade de cátedra. É preciso que os professores tenham liberdade para falar na sala de aula; é preciso que eles tenham liberdade para censurar a direção, que só quer o mando, o controle e o abuso de poder.

Contamos com a sensatez dos Deputados desta Casa para dar direito à maioria e não a apenas cinco ou seis que há anos manipulam o ensino de 3º grau em nossa cidade.

504ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Discurso Proferido em 23/3/94 pelo

Deputado Ivo José

O Deputado Ivo José - Sr. Presidente, companheiros e companheiras do Vale do Aço, do Instituto Católico de Minas Gerais - ICMG: acabamos de tomar conhecimento, durante a leitura da ata, de que o projeto de estruturação da Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG - foi discutido ontem e encaminhado à Comissão de Educação, após ter recebido diversas emendas em Plenário. Temos, inclusive, a satisfação de informar que, entre essas emendas, está uma de nossa autoria, que propõe a incorporação, de forma gradativa, do referido Instituto, cujos representantes estão presentes nas galerias.

Temos hoje o orgulho de receber a visita de uma comitiva de professores e alunos do ICMG, com sede em Coronel Fabriciano e faculdades em Timóteo e em Ipatinga. Eles fazem parte da Comissão Pró-Estadualização do ICMG, que luta para que o Instituto seja enquadrado no rol das universidades que integram a UEMG. E é com esse propósito que também integramos a Comissão. E o nosso orgulho e satisfação decorrem, principalmente, do fato de termos sido um dos alunos dessa importante escola do Vale do Aço.

Disseminar a cultura, a formação profissional, a ética e o conhecimento no país das disparidades e das contradições é tarefa que enobrece e que deve merecer de nós toda a consideração. Esse incansável trabalho vem sendo conduzido com envergadura pelos Diretores e professores do Instituto. Quem conhece de perto a realidade do Vale do Aço sabe o que ele representa para a região. Pelo seu rigor acadêmico, pela seriedade de seu corpo docente, propagou a esperança entre muitos jovens, abriu novas perspectivas, estimulou a criatividade e projetou para várias gerações um futuro mais humano e promissor.

O ICMG, uma instituição criada pela abnegação do Pe. José Maria de Man, em 1966, é mantido, hoje, com muito sacrifício, pela Sociedade Educacional União e Técnica-SEUT.

Nome documento: EDAPR1404.COC

Criado como Universidade do Trabalho, mantém, atualmente, cursos superiores de Engenharia Elétrica, Engenharia Mecânica, Ciências Contábeis e Administração, Pedagogia e Educação Física, além de cursos de ensino médio e de ensino fundamental.

Numa região predominantemente metalúrgica, a pesquisa desenvolvida em universidades adquire importância fundamental, pois serve de alicerce para a implantação de novas técnicas e tecnologias, além de estreitar as relações entre os estudantes e o mercado de trabalho. É ali, nos centros de pesquisa das universidades, que se formam os novos profissionais e onde se reciclam os técnicos em atividade. Em contato constante com outros centros acadêmicos do País e do exterior, trocam-se experiências, implantam-se novos projetos, o que traz, como consequência, dinamização dos processos de produção e melhoria de vida para o trabalhador. Preservar e aperfeiçoar essas universidades é garantir o espaço para o conhecimento humano, integrando, cada vez mais, progresso tecnológico e aprimoramento intelectual do trabalhador. Essas preocupações estão presentes nas ações do ICMG. Ali sempre se promoveu a cultura, aliada à necessidade de melhorar a qualidade de vida.

Além disso, cumpre-se, no Vale do Aço, a premissa básica para se evitar o êxodo da população jovem para os grandes centros. Ao se incentivar a cultura regional, ao se criarem condições efetivas de formação superior, evita-se que muitos jovens abandonem a região à procura de melhores oportunidades. Por que não integrar o ICMG ao complexo da UEMG, já que os propósitos são coincidentes? Os alunos e professores, a direção do Instituto e a comunidade do Vale do Aço aplaudem a iniciativa. O Instituto já conta

com toda a infra-estrutura necessária para o funcionamento dos cursos oferecidos e pode criar condições para expandi-los.

O próprio professor Aluísio Pimenta, Reitor da UEMG, em palestra na Assembléia Legislativa, concordou com a incorporação do Instituto, afirmando que é inconcebível o maior centro siderúrgico da América Latina não possuir uma universidade pública, como diz muito bem a mensagem contida na faixa que está sendo mostrada pelos alunos, nas galerias. O professor sabe que essa incorporação dará um novo impulso à UEMG, ampliando as suas fronteiras. O ICMG será o braço tecnológico da UEMG, será o ensino gratuito de alto nível chegando ao Vale do Aço. Todos ganham com a incorporação do Instituto à Universidade: o Governo, os estudantes, os professores e, principalmente, a pesquisa tecnológica. Esperamos, Srs. Deputados, que esta Assembléia seja sensível às demandas de educação superior em nosso Estado, investindo num projeto que as gerações futuras nos agradecerão. A Minas de hoje não será a de amanhã, se priorizarmos a educação. Nós, hoje, depositamos o nosso voto de confiança na criação da Universidade. E temos a autorização de mais de 3 mil alunos, de dezenas de professores e de boa parte da população do Vale do Aço para afirmar que a transformação do ICMG em universidade pública será o reconhecimento do trabalho dessa instituição em favor do ensino, da pesquisa e da formação cultural e ética do povo mineiro.

Mais uma vez, reafirmamos que são várias as manifestações de diversos colegas Deputados, apresentando proposições no sentido de se incorporar o ICMG a outras unidades e outras cidades do Estado. Gostaria, portanto, de destacar esse meu pedido e solicitar o apoio dos Srs. Deputados à aprovação da nossa emenda, que propõe a incorporação do Instituto Católico de Minas Gerais à Universidade do Estado. Estaremos, dessa maneira, dando demonstração de que trabalhamos para as gerações futuras de Minas Gerais e do País e de que a escola pública é, também, um desejo de nossa população. Muito obrigado.

504ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Discurso Proferido em 23/3/94 pelo

Deputado Antônio Carlos Pereira

O Deputado Antônio Carlos Pereira - Sr. Presidente, Srs. Deputados, companheiros e companheiras do Vale do Aço presentes nas galerias, gostaria, inicialmente, de reafirmar a convicção e a posição da nossa Bancada, muito embora isso já tenha sido

Nome documento: EDAPR1404.COC

assumido publicamente em inúmeros espaços e circunstâncias. É importante que a nossa posição seja permanentemente demarcada, na medida em que essa demarcação nos ajude a compreender como funciona este parlamento.

Gostaria de, nessa perspectiva, somar a minha manifestação à intervenção do companheiro Ivo José e às intervenções ocorridas ontem, nesta tribuna, no que diz respeito à nossa posição sobre a Universidade do Estado. Eu queria falar, nestes 8 minutos que me restam, sobre a palavra mais utilizada neste País nos últimos dias, que é "crise". Talvez a crise mais aparente ajude a esconder um pouco a crise maior, que é a crise da miséria, da violência quase institucionalizada, do desemprego que amesquinha homens e mulheres, do analfabetismo que exclui o ser humano do "status" da cidadania, é a crise que, em última instância, pode ser definida numa única palavra: o "apartheid" social deste País. Essa é, seguramente, a maior crise. E é para ela que, permanentemente, devemos voltar as nossas atenções. Agora, como bem lembrava o pedagogo Paulo Freire, não basta denunciar. É preciso que tenhamos a capacidade de compreender as causas que permitem que essa crise maior ocorra. E isso é impossível desconhecer. É impossível desconhecer que as razões - aquilo que efetivamente cria o caldo de cultura para que permaneçamos na situação em que vivemos hoje - vão ser encontradas num modelo econômico concentrador de renda, excludente, com relações políticas profundamente autoritárias, dentro de um Estado que não consegue interagir com a sociedade. Vamos encontrar também as raízes dessa crise numa sucessão de elites dirigentes que, efetivamente, não têm compromisso com este País, com a maioria do seu povo e com projetos nacionais. Vivemos um paradoxo no Brasil, onde o capitalismo vai mal, mas os capitalistas vão muito bem, obrigado. Talvez a crise mais evidente e que pode nos trazer conseqüências mais graves, neste momento, diga respeito às instituições deste País.

Os anúncios de ontem e de anteontem das renúncias dos "anões do orçamento" põem a nu o que era uma expectativa de boa parte da sociedade brasileira: que todo o processo de apuração dos desvios do orçamento resultasse em "pizza". A renúncia de Genebaldo Correia, seguida de outras, retrata, da forma mais definitiva e acabada, a crise profunda por que passam as nossas instituições. Uma crise que tem origem no funcionamento e na forma com que essas instituições se relacionam com a sociedade brasileira.

Seria importante que nos lembrássemos, neste momento, de que só foi permitida a renúncia de Genebaldo Correia e de outros porque o Senado Federal, capitaneado pela Bancada do PMDB, mais particularmente pelo Senador Ronan Tito, obstruiu, até o limite, a possibilidade de que fosse aprovado o dispositivo que impedia os parlamentares acusados, já em fase de processo, de renunciar aos mandatos e, assim, de manter sua condição de elegíveis.

Temos um Congresso Nacional que, neste momento grave e dramático, aumenta seus próprios salários, um Poder Judiciário que também o faz e, por último, um Presidente destemperado, que não consegue administrar esses conflitos, mas sim, aprofundar, passar por cima de qualquer limite legal, razoável, se outorgando a prerrogativa de dizer quem recebe ou deixa de receber.

Atitudes e medidas como essas fazem com que seja possível retomar, em setores deste País, o discurso de que era melhor o período autoritário. A ditadura militar, a mesma que prendeu, exilou, torturou e patrocinou a concentração de renda, não acabou com a corrupção no País. E essa concepção permanece, hoje. A democracia, que foi conquistada a duras penas e que é pequena ainda, foi que permitiu que a sociedade tomasse conhecimento da corrupção que marca o Estado brasileiro. A democracia garantiu isso, mas, para conseguirmos o ainda necessário alargamento das fronteiras democráticas, é preciso credibilidade, seriedade e o funcionamento das instituições em consonância com o que ocorre no nosso País.

As ameaças feitas por setores militares são inaceitáveis e têm de ser repudiadas com veemência. Não se trata de reduzir militares a cidadãos de segunda categoria, mas o

Nome documento: EDAPR1404.COC

militar tem uma diferença básica em relação ao restante da sociedade: o militar tem armas e, exatamente por isso, não pode se imiscuir, dar opiniões em questões políticas. Deveriam ser cobradas decisões do Sr. Presidente da República para punir severamente os militares que hoje ameaçam com a possibilidade do fechamento do Congresso Nacional. Não basta repudiar, denunciar e protestar contra poderes autoritários dessa natureza. É necessário também exigir, de forma clara, definitiva e absoluta, que os comportamentos mudem, que a forma de se fazer política mude, e que mude também a relação do Estado com a sociedade.

O que temos agora é um Poder Judiciário questionado, um Poder Legislativo desmoralizado e um Poder Executivo que não consegue, minimamente, marcar presença na vida nacional. Avançar nesse terreno mostra que existem espaços sociais onde podemos atuar, e este é o nosso espaço: a Assembléia Legislativa.

Falando com muita clareza sobre nosso processo, não adiantam campanhas para mostrar o que o Legislativo faz. De nada servem posturas que escamoteiam o essencial. O que nos legitima, o que nos credencia, o que nos valoriza diante da sociedade são nossos atos e nossos gestos. E esses atos e gestos têm contribuído para que, cada vez mais, a nossa credibilidade junto à população diminua. A que fatos me refiro neste momento?

É inaceitável que continuem dormindo, nas gavetas da Assembléia, solicitações do Tribunal de Justiça, do TRE e do Ministério Público a fim de que seja concedida licença, suspendendo uma imunidade absolutamente inaceitável, para que os parlamentares sobre os quais pairam suspeitas de irregularidades possam ser processados e, aliás, se defender também. A cada dia em que esses processos dormem, nesta Assembléia, a nossa credibilidade diminui lá fora.

Vamos ter agora, nos próximos minutos, uma discussão na Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, para fazer a avaliação da prestação de contas da ASFAS. Não há um único recibo a ser apresentado, não há o nome de uma entidade que recebeu benefício, não há um único indicativo de aplicação financeira dos recursos, não há demonstração do montante de dinheiro enviado, não há absolutamente nada estabelecido, e o parecer do nobre relator é pela aprovação. Isso é o que nos desmoraliza, isso é o que nos descredencia.

Acredito que esta Assembléia Legislativa, pelo seu peso, pela sua responsabilidade perante nosso Estado, deverá tomar uma atitude corajosa, e isso significa romper, de forma definitiva, com o espírito de corpo que há entre nós. Nós não podemos ser solidários com os Deputados; a nossa solidariedade é com o povo, e, sob esse aspecto, não pode haver nenhuma complacência com a corrupção.

Eu concludo, Sr. Presidente, não com palavras minhas, pois fui buscá-las num nobre florentino, Maquiavel, para ilustrar este momento. Afirmava Maquiavel: "Assim como para os antigos, a corrupção marcava os limites do político. De um corpo político corrompido não se pode esperar mais nada, suas leis são incapazes de tolher a violência privada, o Estado deixa de representar os interesses públicos, os cidadãos visam apenas ao próprio bem, sem se preocupar com os destinos da cidade. Está aberto o caminho para a tirania". Maquiavel conclui: "É necessário, para usurpar a

autoridade num Estado livre, e aí estabelecer a tirania, que a corrupção já tenha feito fortes progressos".

Cabe a nós, neste momento, Srs. Deputados, impedir esse progresso. Muito obrigado.

504ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Discurso Proferido em 23/3/94 pelo

Deputado Bonifácio Mourão

O Deputado Bonifácio Mourão - Sr. Presidente, Srs. Deputados, assumimos a Liderança da Bancada com a consciência de que a vocação da vida pública tem o poder de valorizar a vida humana.

Antes de expormos nossas idéias, permitam que agradeçamos à Bancada do PMDB pela indicação unânime do nosso nome para a Liderança.

Nome documento: EDAPR1404.COC

Temos consciência da responsabilidade que a missão encerra. Para tanto, estaremos sempre evocando os dias em que surgiu o partido e as razões por que o PMDB se instituiu como agremiação partidária, bem como a caminhada ética irrepreensível de seus expoentes maiores, por exemplo, Ulysses Guimarães, Tancredo Neves e Teotônio Vilela, entre tantos outros arautos do restabelecimento e do aprimoramento do regime democrático no Brasil. Temos ainda presentes em nossa lembrança a vida e a atuação desses brasileiros, não como simples registro do passado, mas como referência fundamental e modelo a ser perfilhado. Os sonhos e os ideais personificados por essas emblemáticas figuras da nacionalidade não morreram com eles. Antes, frutificaram na consciência cívica da Nação como valores permanentes do pensamento e da ação política.

As lutas empreendidas por esses homens e pelo nosso partido não se fizeram apenas no campo dos princípios e das idéias, mas receberam, na lição por vezes cruenta da realidade política, a contrapartida da violência da ditadura.

Quando deixou o Governo de Minas Gerais para disputar a Presidência, na moldura sombria dos anos de autoritarismo, Tancredo deixou uma fonte de inspiração para várias gerações de brasileiros, ao dizer que "as alvoradas da liberdade não surgem como um acontecimento natural. As manhãs da liberdade se fazem com a vigília corajosa dos homens que exorcizam com a sua fé os fantasmas da tirania."

A mais bela página da história política contemporânea mostra a presença do nosso partido em permanente sintonia com o sentimento popular mais puro. Isso nos dá a verdadeira dimensão da honraria à qual nos alçaram tão eminentes e valorosos companheiros ao nos conferirem a responsabilidade desta Liderança.

Conforta-nos e faz crescer nosso entusiasmo pela missão o fato de coincidir ela com um momento mais de restauração do que de preservação de nossas instituições democráticas, momento esse impulsionado por um movimento ético e moral, o mais espontâneo de que nos dá notícia a história pátria.

Hoje o partido anseia por recuperar o espírito que o inspirou nas suas origens. As circunstâncias atuais, evidentemente, não são as mesmas que as das últimas décadas. Ontem, era preciso pugnar pela liberdade política. Hoje, torna-se inadiável a luta pela restauração de nossas instituições democráticas e pela entronização da ética na política e nos negócios.

Chegou a hora não de dizer, mas de mostrar, que a impunidade pertence a um nebuloso passado. A comunidade brasileira já não aceita a tolerância com práticas que ofendem a consciência e o sentimento de decoro da Nação.

Uma lei maior, nossa Constituição Federal, deve reger os parâmetros seguros de uma nova conduta. As transformações que nos últimos três anos marcaram a cena mundial mostraram que Ulysses Guimarães e seus pares tiveram visão acertada quando estabeleceram o prazo de cinco anos para a revisão.

Nossa Carta Magna, ao consagrar tantos direitos, mergulhou em detalhes e não prescreveu a todos os cidadãos iguais deveres para com a Pátria e para com seus irmãos. A responsabilização pelo uso da palavra e pela ação inconseqüente de cada cidadão; o restabelecimento da ética na política e nos negócios; o aperfeiçoamento democrático e a correção de uma política econômica compatível com o potencial de nosso País certamente diminuirão as disparidades regionais e minimizarão as desigualdades sociais tão prejudiciais à qualidade de vida dos brasileiros.

Essas preocupações, nós as levaremos incansavelmente ao Congresso Nacional, sem que isso nos desvie de nossa missão precípua, que é a de conduzir os interesses de nossa Bancada com equilíbrio e eficiência. Este é um ano não só de muito trabalho, mas também de muita esperança. Este ano daremos à nossa Lei Maior um texto mais atualizado e mais consciente; teremos uma nova concepção de ética no comportamento dos homens de negócios e dos homens públicos; teremos eleições em quase todos os níveis. Um novo Brasil deverá sair das urnas. Há uma geração esperando.

Nome documento: EDAPR1404.COC

Esta Bancada, irmanada às outras que compõem esta Casa, vai responder presente à convocação histórica.

504ª REUNIÃO ORDINÁRIA
Discurso Proferido em 23/3/94 pelo
Deputado Tarcísio Henriques

O Deputado Tarcísio Henriques - Sr. Presidente, Srs. Deputados, minha participação seria eminentemente burocrática, pois queria apenas discutir dois projetos que estão na pauta para serem votados daqui a pouco. Falarei rapidamente sobre eles, porque o assunto que foi discutido nesta tribuna merece comentários.

Primeiro, temos um pedido de inversão de pauta para que se vote, em primeiro lugar, o projeto que limita a imposição de multas. Gostaria de advertir ao Deputado Ibrahim Jacob que esse projeto já está chegando aprovado em 1º turno, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e de Fiscalização Financeira, de modo que S. Exa. pode ficar tranqüilo quanto à votação.

Em segundo lugar, vou deixar para discutir daqui a pouco a questão da Junta Comercial com relação à emenda que foi apresentada pela Comissão para que seja mantida a versão original da proposta do Governo no sentido de ser mantido o vale-transporte e o vale-refeição no texto primitivo.

Ressalto, Srs. Deputados, que acabamos de ouvir a fala do Deputado Bonifácio Mourão, colocando sua vontade, sua esperança na atuação da Liderança do PMDB, que ele agora assume. E nós vemos isso como bom augúrio, porque esperamos dele uma atuação vibrante, voltada para a realização dos sonhos mineiros. O Deputado Bonifácio Mourão tem uma trajetória, nesta Casa, aplaudida por todos, e queremos vê-lo coroar esse trabalho no exercício da Liderança. Hoje, todos os partidos voltam os olhos para execrar o PMDB, porque ele teve o maior número de Deputados envolvidos na CPI do escândalo do orçamento. Mas são as maiores associações que têm os maiores senões. Temos corrupção na sociedade, e não deixamos de participar dela. Na época da ditadura, no período da revolução militar, que já faz 30 anos, o povo foi encontrar amparo justamente na bandeira do MDB. E a grande maioria desta Assembléia pertenceu ao MDB. Creio, agora, que muitos dos que saíram querem atacar o partido para que outros se animem a proceder da mesma forma. Não podemos admitir, entretanto, que membros de determinados partidos encontrem defeitos no PMDB porque não conseguimos chegar à Presidência da República e não conseguimos, ao longo desse tempo todo, pôr em prática as diretrizes partidárias que nos movem. Temos propostas, projetos, lutas, mas não conseguimos fazer com que tudo se concretizasse numa política sadia.

Vejo sair daqui o Líder petista; a maior parte de sua fala é correta, mas se esquece dos erros cometidos pelo seu partido; esquece-se da aberração da proposta, por exemplo, de descriminalização do aborto; esquece-se, por exemplo, da proposta de casamento de homossexuais, o que é um acinte à moralidade do nosso povo. E termina sua oração com uma citação de Maquiavel. Constrange meu coração ouvir isso, como se fosse o coroamento de uma fala, de um posicionamento ou de uma disposição de luta. Maquiavel tem transitado pela cabeceira das mesas dos nossos políticos como se fosse uma solução para todos os problemas, mas, se formos analisar seu posicionamento, vamos percebê-lo como um bandido da política, com uma mentalidade torpe, a tergiversar, a usar de silogismos falsos para fazer com que todos os males praticados sejam justificados, desde que se mantenha o poder nas mãos do Príncipe. E se nós vamos justificar uma atuação invocando os ensinamentos de uma mentalidade que é o protótipo da tirania, evidentemente, não vamos chegar a lugar algum. E fica a nossa repulsa, porque nós não podemos admitir que alguém busque, para justificar a sua atitude, a doutrina de alguém que maculou profundamente a ciência política universal, sem que alguém, nesta tribuna, diga que está errado. Enquanto permanecermos no erro, enquanto não pudermos abrir a nossa mente para a verdade que está a nossa frente, não chegaremos aonde pretendemos.

Nome documento: EDAPR1404.COC

Defendemos a Constituição agora, defendemos a independência dos Poderes, mas nos esquecemos de que, ao mesmo tempo, no mesmo artigo da mesma Constituição que fala da independência entre os Poderes, fala-se na harmonia. E não é o Poder Executivo que está quebrando a harmonia entre Poderes, neste momento. Cabe muita culpa ao Poder Judiciário, em que nós depositamos todas as nossas esperanças para a solução de nossos problemas. Agora, neste momento, a crise que se instala e que se alastra no País não deixa de ter sido causada por aqueles que fazem questão dos 10% no salário,

de manter privilégios, porque ficamos todos sabendo que, quando todo mundo recebe seu pagamento até depois do dia 30, do dia 1º ao dia 5, alguns até posteriormente, o Poder Judiciário recebe no dia 20 de cada mês; conseqüentemente, auferem vantagens maiores que os outros servidores públicos.

504ª REUNIÃO ORDINÁRIA
Discurso Proferido em 23/3/94 pelo
Deputado Roberto Amaral

O Deputado Roberto Amaral - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, representantes da imprensa, distinto público que nos ouve hoje, inicialmente, gostaria de saudar a todos os presentes e, de modo especial, parte da população do Vale do Aço que comparece a esta Assembléia.

Ocupo esta tribuna mais uma vez para trazer ao conhecimento de todos vocês os recentes acontecimentos ocorridos no Norte de Minas (Montes Claros) e que demonstram, claramente, como aquela região do Estado vem procurando traçar seu rumo em direção do desenvolvimento e ao progresso.

Na última semana, sexta-feira, dia 18 de março, Montes Claros foi sede de acontecimentos importantíssimos, dos quais participamos e que merecem total atenção por parte de Minas Gerais. Em primeiro lugar, gostaria de destacar a inauguração de dois CAICs (CAICs Antônio dos Santos e Américo Souto), que vão beneficiar centenas de crianças carentes e menores de rua, que a partir de agora terão um porto seguro onde poderão desenvolver atividades educacionais e de crescimento humano. Tal solenidade foi de tamanha importância, que contou, inclusive, com a participação do Vice-Governador do Estado, Dr. Arlindo Porto e do Ministro da Educação, Murilo Hingel, além, é claro, do Prefeito Municipal, Luiz Tadeu Leite.

Em segundo lugar, desejo mencionar a reunião da qual participamos na AMANS com o seu Presidente Arlen Santiago e que contou com a presença de Wanda Lacerda, representante da Turminas; Danilo Costa, representante do BNB; José Anchieta, representante da SUDENE; e Rúbio de Andrade, representante da SUDENOR. Nessa reunião foi discutida a implementação de "Um Programa Turístico para o Norte de Minas". Na ocasião, foram realizados debates e encaminhamentos sobre a viabilidade de o Programa de Desenvolvimento Turístico do Nordeste - PRODETUR - e o Plano Turístico Estadual serem implantados em todo o Norte de Minas, divulgando e explorando o grande potencial turístico daquela região.

Outro dado importante foi a assinatura do convênio complementar da frente produtiva de trabalho entre a SUDENE e o Governo Estadual - via CEDEC -, representado pelo ilustre Cel. Murinho. Através desse convênio, serão repassados recursos financeiros para os 50 municípios da área da SUDENE, a fim de que possam enfrentar o problema da seca, embora, felizmente, nos últimos dias São Pedro tenha colaborado, e a estiagem nos tenha dado uma trégua.

Por último, não poderia deixar de lembrar o lançamento do censo cultural na região Norte do Estado, evento de singular significado, já que vai resgatar todos os valores culturais e artísticos em Minas. Na solenidade de lançamento, estiveram presentes a Secretária Estadual de Cultura, Celina Albano, e o Prefeito Municipal Luiz Tadeu Leite.

Dessa forma, Sr. Presidente, Srs. Deputados, ações como essas mostram a mudança de quadro ocorrida nos últimos anos no Norte de Minas. Aos poucos, todos nós, norte-

Nome documento: EDAPR1404.COC

mineiros estamos trabalhando e construindo uma região progressista e que ofereça a seus habitantes condições dignas de sobrevivência.

Para encerrar, Sr. Presidente, gostaria de comunicar a realização de um evento da maior importância para todos os produtores rurais de Minas Gerais. Refiro-me ao lançamento e à instalação, hoje, às 17 horas, do Conselho Estadual da Política Agrícola-CEPA-, criado pela Lei nº 11.405, originada do projeto de lei de nossa autoria e aprovado por todos os Deputados presentes. Essa reunião se realizará no auditório da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural, situada na Av. Raja Gabaglia, 1.626.

Destacamos, dentre outros membros desse Conselho, um representante desta Casa, o Presidente da Comissão de Agropecuária e Política Rural. E assim, Minas Gerais, como sempre, se mantém na vanguarda do setor agrícola, contribuindo de forma expressiva para que a produção agrícola do País, neste ano, queira Deus, seja um recorde nacional. Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

504ª REUNIÃO ORDINÁRIA
Discurso Proferido em 23/3/94 pelo
Deputado Ajalmar Silva

O Deputado Ajalmar Silva - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, o motivo

pelo qual ocupo esta tribuna mais uma vez é a situação desesperadora dos servidores do Quadro Permanente do DER-MG, em virtude dos baixíssimos, e até indignos, vencimentos que recebem.

Nos últimos dias o povo brasileiro tem manifestado a sua indignação, em face do aumento salarial concedido pela Câmara Federal aos seus próprios membros. Razão assiste ao povo, pois neste momento grave por que passa a Nação, é preciso que todos dêem sua cota de sacrifício, e o exemplo deveria partir, justamente, daqueles que já ganham salários superiores aos da grande maioria dos brasileiros.

O ato da Câmara Federal depõe contra a classe política e merece o nosso repúdio.

A nossa revolta é maior, Sr. Presidente, quando constatamos que os nossos colegas e companheiros do DER-MG, em situação de quase penúria, lutam por um vencimento necessário apenas a uma digna sobrevivência.

Neste momento, Sr. Presidente, fazemos um apelo a V.Exa. para impedir que o aumento concedido aos Deputados Federais seja, também, estendido aos Deputados desta Assembléia. A situação de nossos servidores e da classe operária, duramente atingidos pelo aumento do custo de vida e que não têm sido contemplados com justos aumentos salariais, é razão especial para que esta Casa dê o exemplo de patriotismo que todo o povo mineiro espera.

Sr. Presidente, voltemos, agora, à situação dos servidores do DER-MG. Trata-se de uma autarquia reconhecida pelos excelentes serviços que presta à comunidade. Considerado como órgão-modelo pelo Banco Mundial e, nos últimos anos, premiado nacionalmente pelo seu trabalho de segurança no trânsito, o DER-MG constrói e conserva estradas, a par de controlar todo o transporte coletivo de passageiros neste Estado. Por isso, tem merecido, muito justamente, o aplauso de todos por tudo que representa. Entretanto, seus servidores, ocupantes de cargos de provimento efetivo, continuam recebendo vencimentos incompatíveis com as tarefas que executam e muito inferiores àqueles pagos a quem exerce idêntica função em outros órgãos do Estado, cumprindo jornada de apenas 30 horas semanais.

Há pouco tempo, esta Casa aprovou projeto de lei, de iniciativa do Executivo, reorganizando o DER-MG, e concedendo, em boa hora, melhoria de vencimentos para os ocupantes de cargos em comissão daquela autarquia. A melhoria salarial concedida aos integrantes da estrutura básica do DER-MG, mesmo não tendo sido em níveis desejados, serviu para amenizar as dificuldades financeiras desses servidores. Ocorre que os servidores do Quadro Permanente, que representam a esmagadora maioria da classe operacional rodoviária, não tiveram nenhum reajuste em seus vencimentos, naquela oportunidade. Esquecidos e abandonados à própria sorte, os servidores do Quadro

Nome documento: EDAPR1404.COC

Permanente daquele órgão, que percebem, na sua quase totalidade, o salário mínimo, clamam, gritam e pedem socorro.

Recebemos, diariamente, em nosso gabinete, inúmeros servidores daquela autarquia, que ali comparecem para solicitar a nossa ajuda. São servidores com 20, 25, 30 anos de serviço público. São chefes de família que nos pedem para denunciar a gravíssima situação que atravessam.

Pasmem, Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, o vencimento de um engenheiro do DER-MG, com jornada semanal de 40 horas e com mais de 20 anos de casa, é de apenas CR\$192.241,00, enquanto que o motorista e o trabalhador rodoviário, citados a título de exemplo, com a mesma jornada de 40 horas e com mais de 20 anos de serviço público ganham, respectivamente, CR\$68.954,00 e CR\$53.793,00. Um agente administrativo, que em outras autarquias do Estado ganha, em média, mais de três salários mínimos, com jornada mensal de 30 horas no DER-MG, cumprindo jornada de 40 horas e com mais de 20 anos de trabalho, ganha apenas CR\$72.661,00.

No início do próximo mês haverá a conversão dos vencimentos dos funcionários públicos em URV. Caso não seja tomada uma urgente e inadiável providência por parte do Governo, os servidores do Quadro Permanente do DER-MG serão os mais prejudicados, pois a média de seus vencimentos nos últimos quatro meses será baixíssima, considerando os pequenos valores que receberam no período.

Já procuramos a administração do órgão, a qual, sensível à difícil situação de seus servidores, vem se esforçando em busca de uma solução para o assunto, junto às áreas competentes do Governo.

A nosso ver, o caso deverá ter uma solução bem rápida, sob pena de ser comprometido o desempenho da tarefa institucional da autarquia, em virtude do desespero de seus servidores, que se encontram em situação aflitiva há bastante tempo.

Desta tribuna fazemos nosso mais veemente apelo ao Sr. Governador Hélio Garcia para que determine a correção das distorções salariais existentes no DER-MG, quando se constata que os vencimentos dos servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo, com jornada diária de 8 horas, são infinitamente inferiores àqueles dos servidores

que exercem funções de igual porte e importância, cumprindo jornada de 30 horas semanais.

Nossos colegas do DER-MG não estão pedindo nada além da possibilidade de sobreviverem com o mínimo de dignidade, o que não ocorre, hoje, em razão dos vencimentos de miséria que percebem.

Apelamos, também, neste momento, para os nossos ilustres pares, para que se engajem nessa luta em defesa da dignidade desses funcionários que executam profícuo trabalho em todo o Estado de Minas Gerais e contribuem, sobremaneira, para engrandecer o DER-MG, órgão responsável por tantas realizações do Governo.

Confiamos na direção da autarquia, pois sabemos que já estão à procura de uma solução, e estamos prontos a cooperar para que essa solução seja realmente encontrada. Obrigado a todos.

504ª REUNIÃO ORDINÁRIA
Discurso Proferido em 23/3/94 pelo
Deputado Tarcísio Henriques

O Deputado Tarcísio Henriques - Srs. Deputados, estou pedindo destaque para a votação de uma emenda, a fim de que seja mantida a proposta original do Poder Executivo. Quando esse projeto chegou à Assembléia, foi proposta uma emenda que alterou um pouco o significado de determinado artigo. O projeto trata de matéria referente a vale-transporte e vale-refeição. A Junta Comercial já vinha recebendo, há anos, essas quotas de vale-refeição e vale-transporte. Já estava o benefício praticamente incorporado ao patrimônio de cada funcionário. A proposta do Governo mantém as duas quotas. Entretanto, a Comissão de Administração Pública fez uma emenda limitando a outorga dessas duas quotas a determinados valores.

Nome documento: EDAPR1404.COC

A proposta original do Governo dizia o seguinte: "Aos servidores da Junta Comercial serão concedidos, nos termos da portaria do Sr. Presidente, dois vales-transporte e um vale-alimentação por dia, efetivamente, trabalhado". Na Comissão de Administração Pública, acrescentaram a esse artigo a seguinte expressão: "observado o disposto no art. 48 da Lei nº 10.745, de 26 de maio de 1992". O preceito é o limite que permitirá a percepção das quotas a apenas determinada camada de servidores. Entretanto, a proposta do Sr. Governador é extensiva a todos servidores.

Pedi destaque a fim de que, no momento da votação da emenda da Comissão de Administração Pública, votemos contra, para fazer prevalecer a proposta original, que atenderá a todos os servidores da Junta Comercial.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 4/4/94, o Sr. Presidente, nos termos do art. 62 da Resolução nº 800, de 5/1/67, c/c a Resolução nº 5.100, de 29/6/91, modificada pelo art. 6º da Resolução nº 5.130, de 4/5/93, regulamentado pela Deliberação da Mesa nº 867, de 1993, e de conformidade com as estruturas aprovadas pelas Deliberações da Mesa nºs 918 e 932, de 1993, assinou os seguintes atos:

exonerando, a partir de 11/4/94, Ione Carvalho Oliveira do cargo em comissão e de recrutamento amplo de Técnico Executivo de Gabinete, padrão AL-39, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, com exercício no gabinete do Deputado Roberto Amaral;

nomeando Felipe Antônio Guimarães Gabrich para o cargo em comissão e de recrutamento amplo de Técnico Executivo de Gabinete, padrão AL-39, do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria, com exercício no gabinete do Deputado Roberto Amaral;

nomeando Ione Carvalho Oliveira para o cargo em comissão e de recrutamento amplo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão AL-10, do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria, com exercício no gabinete do Deputado Roberto Amaral;

nomeando Delourdes do Carmo Bittencourt para o cargo em comissão e de recrutamento amplo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05, do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria, com exercício no gabinete do Deputado Roberto Luiz Soares.

RESULTADO DE HABILITAÇÃO DA CONCORRÊNCIA N° 2/94

Data de julgamento (documentação): 7/4/94.

Objeto: contratação de serviços de reforma no Palácio da Inconfidência sob o regime de empreitada por preço global.

Licitantes habilitadas: Flexor Engenharia e Projetos Ltda.; Construtora Cançado Ribeiro; Construtora Guimarães Castro; Cogefe Engenharia; Construtora Azzi Gontijo; Stradus Construções e Incorporações Ltda.; Edenge Empresa de Engenharia Ltda.; Panda Engenharia e Construção Ltda.; Moderna Engenharia e KTM Administração e Engenharia.

Licitantes inabilitadas: Construtora Miranda Correa; Construtora RM Ltda.; Construtora Dolabella Duarte Ltda.; Construtora Corpus Ltda. e Mor Engenharia e Comércio.

Belo Horizonte, 7 de abril de 1994.

Solange Ferreira, Presidente da Comissão Permanente de Licitação.

Nome documento: EDAPR1404.COC
